

Eqüidade e Heterogeneidade no Ensino Superior Brasileiro*

Supervisão geral:
Carolina M. Bori e Eunice R. Durham

Pesquisadores:
Helena Sampaio (Coord.), Fernando Limongi e Haroldo Torres

* Trabalho elaborado a partir de pesquisa realizada no Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo e financiada pela The Ford Foundation.

Brasília-DF
Inep
2000

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

COORDENAÇÃO-GERAL DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
Antonio Danilo Morais Barbosa

EDITOR
Jair Santana Moraes

REVISÃO
José Adelmo Guimarães
Marluce Moreira Salgado

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
Regina Helena Azevedo de Mello
Rosa dos Anjos Oliveira

PROJETO GRÁFICO E CAPA
F. Secchin

ARTE-FINAL
Celi Rosalia Soares de Melo

TIRAGEM
1.000 exemplares

ENDEREÇO
INEP/MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º Andar, Sala 416
CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil
Fones: (61)224-7092
(61)410-8438
Fax: (61)224-4167
<http://www.inep.gov.br>
E-mail: editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO
CIBEC/MEC – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Térreo
CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil
Fones: (61)410-9052
(61)323-3500
Fax: (61)223-5137
E-mail: cibec@inep.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro / Supervisão geral: Carolina M. Bori e Eunice R. Durham. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.
61p. : tab.

1. Ensino superior – Brasil. I. Bori, Carolina M. II. Durham, Eunice R. III. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

CDU 378.141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
-------------------------	----------

PARTE I

Os jovens e o acesso ao ensino superior no Brasil	9
--	----------

1. Características gerais dos jovens de 18 a 24 anos	9
2. A escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos	17
3. Considerações finais	26

PARTE II

A eqüidade no sistema de ensino superior brasileiro	29
--	-----------

1. Características dos formandos de 1999 ...	29
2. Desempenho dos formandos	42
3. Considerações finais	50

DISCUSSÃO	53
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS.....	59
----------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

O objetivo do projeto de pesquisa, realizada com o apoio da Ford Foundation, foi o de discutir eqüidade e heterogeneidade no sistema de ensino superior brasileiro.

O tema da eqüidade nas oportunidades educacionais, especialmente no ensino superior, é pouco analisado no Brasil. Pesquisas sobre o ensino superior no País, considerando-se desde as mais antigas às mais atuais, em geral não têm privilegiado o tema. Nesse quadro, constituem exceção, atualmente, os grupos de estudos ligados a organizações de minorias, em particular, da raça negra. Todavia, além de pouco numerosos e recentes, boa parte dos estudos tendem a considerar o tema da eqüidade no ensino superior, evidentemente, da perspectiva das oportunidades educacionais restritas de pessoas da raça negra.

A quase inexistência de estudos sobre o tema eqüidade, entretanto, não implica que ele esteja ausente no debate contemporâneo sobre o ensino superior no Brasil. Esporadicamente, estudiosos do ensino superior, dirigentes de instituições de ensino superior e autoridades da Educação são chamados na imprensa ou em outros espaços públicos de discussão para se pronunciarem acerca de fatos que, direta ou indiretamente, remetem ao tema da eqüidade no ensino superior. Dois fatos sobressaem como catalisadores de apresentações públicas de opiniões. O primeiro é a instituição do Exame Nacional de Cursos (Provão), ou seja, as notas obtidas pelos concluintes de cursos superiores anualmente avaliados pelo Ministério da Educa-

ção. A clivagem entre estudantes pobres/estudantes ricos, a dualidade setor privado (financiado pelos alunos) e setor público (gratuito) no sistema de ensino superior constituem, normalmente, os principais elementos explicativos para as diferenças de desempenho dos formandos no Provão. O segundo fato é a discussão, cada vez mais presente na imprensa e nas arenas decisórias de formulação de políticas para o ensino superior, em torno da possibilidade de se instituir cotas nas universidades públicas (federais e estaduais) para pessoas da raça negra e para jovens oriundos de escolas públicas de nível médio. Argumentando-se contra a instituição de cotas para negros e/ou jovens oriundos do ensino público, ou a favor da existência desses mecanismos compensatórios, diferentes atores do sistema de ensino superior apresentam seus entendimentos nada consensuais acerca da equidade nas oportunidades educacionais. Na realidade, ao se discutir diferenças educacionais no País, diferenças de perfil socioeconômico e de desempenho dos universitários, tangencia-se o tema da equidade no ensino superior.

Na agenda de políticas para o ensino superior, o tema da equidade também não é central nem se constitui objetivo explícito de cenários futuros desejáveis que serviriam para orientar políticas e planos para o ensino superior. Isso se deve, sem dúvida, à gravidade da iniquidade no ensino fundamental, o que praticamente monopolizou a política educacional nos últimos anos. Na década de 90, esse gargalo transferiu-se para o ensino de nível médio em virtude do aumento do número de egressos do ensino fundamental. Nesse período, a política de expansão do ensino superior apenas respondeu à demanda que, considerando-se os fatores anteriores, manteve-se reduzida. Tanto isso é verdade que, ao longo dos anos oitenta, o número de matrículas de ensino superior ficou estagnado, diminuindo até em número absoluto no setor privado de ensino superior.

Com exceção de estudos pontuais voltados para subsidiar a reformulação da política de crédito educativo para estudantes universitários sem recursos financeiros para arcarem com as taxas e anuidades cobradas por estabelecimentos privados, não têm sido efetuadas, por parte do MEC, análises sobre eventuais implicações do tema da equidade para o desenvolvimento do ensino superior no País, o que envolveria certamente outros aspectos do sistema nacional de ensino superior, tais como:

- a) taxas de educação em nível superior;
- b) mecanismos de seleção e admissão do público estudantil;

- c) políticas diferenciadas de estímulo de acesso de diversos grupos sociais ao ensino superior;
- d) políticas de distribuição regional das ofertas de oportunidade;
- e) diversificação das instituições de ensino superior, dos programas de formação, das modalidades ensino/aprendizagem;
- f) formas de articulação entre ensino superior e ensino de nível médio;
- g) formas de interação entre Estado e instituições públicas e instituições privadas de ensino superior.

A relação apresentada, certamente, não esgota todos os aspectos envolvidos no desenvolvimento do ensino superior no País. Procurou-se apenas ilustrar algumas implicações que o tema equidade tem para o sistema educacional em seu conjunto, independentemente da legitimidade e importância da demanda de ensino superior por parte de grupos específicos da população.

Com base nessas considerações, julgou-se pertinente que a discussão sobre a equidade no ensino superior tivesse como referência o panorama educacional dos jovens brasileiros em idade de cursar este nível de ensino. Em outros termos, a questão da equidade no ensino superior deve ser considerada no contexto da relação entre inclusão e exclusão dos jovens no sistema educacional como um todo.

Questões da pesquisa realizada – A primeira questão diz respeito às características que apresentam o subconjunto de jovens que está chegando ao ensino superior e, inversamente, as características do grupo majoritário (que representa cerca 90,0% da população na faixa etária entre 18 e 24 anos) que está fora do sistema.

O delineamento da investigação envolveu relacionar variáveis – renda familiar, escolaridade dos pais, cor, entre outras – que permitam não só caracterizar um e outro conjunto de jovens, mas construir o perfil socioeconômico e de escolaridade, em função das diferentes regiões geográficas, do amplo e heterogêneo contingente de jovens que se encontram fora do sistema de ensino superior e também do grupo nele incluído.

A segunda questão refere-se especificamente aos estudantes que estão concluindo cursos superiores no Brasil. Se na primeira questão tratou-se de identificar, no contingente de jovens entre 18 e 24 anos, dois grandes grupos – os que estão no ensino superior e os excluídos –, buscando relacionar suas principais características, o passo seguinte foi o de conhecer com maior profundidade o subconjunto de estudantes incluído no sistema de ensino superior.

A hipótese é que, apesar do reduzido percentual de jovens que ingressa no sistema de ensino superior no Brasil, sobretudo se o compararmos com índices de países europeus e mesmo com taxas de países da América Latina, o grupo é, efetivamente, muito heterogêneo em termos socioeconômico, cultural, racial e origem educacional. A heterogeneidade da população estudantil, por sua vez, estaria relacionada com as regiões geográficas nas quais residem os estudantes, com a clivagem ensino superior público/privado, com as diferentes carreiras e turnos em que os cursos são oferecidos. As notas obtidas pelos concluintes de cursos, associadas às suas características socioeconômicas, região geográfica e clivagem público/privado do sistema de ensino superior, constituem dados da maior relevância para uma discussão ampla e profunda sobre os rumos do ensino superior no País visando equacionar os problemas da democratização do acesso e de uma maior equidade nas condições da formação de nível superior.

Na pesquisa, foram utilizadas duas fontes de dados:

1. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) de 1997 (IBGE, 1998). A análise desses dados permite construir um panorama geral sobre a situação educacional da juventude brasileira na faixa de 18–24 anos, identificando as características gerais dos jovens excluídos e incluídos no sistema de ensino superior no Brasil.
2. Dados do Exame Nacional de Cursos, realizado pelo Inep/MEC, no ano de 1999. A análise estabelece correlações entre a nota obtida pelo graduando na Prova Geral¹ do Exame Nacional de Cursos, características socioeconômicas dos concluintes, região geográfica e natureza institucional e dependência administrativa do estabelecimento onde realizou o curso.

Este relatório consta de duas partes.

A Parte I apresenta o quadro geral da escolaridade dos jovens entre 18 e 24 anos no País. Dos dados da PNAD foram priorizadas informações sobre anos de escolaridade dos jovens brasileiros, considerando-se variáveis relativas às características pessoais (sexo, estado civil, cor) e variáveis socioeconômicas (condição de moradia, renda familiar, escolaridade dos pais) por região geográfica. A análise desses dados permitiu delinear um panorama das condições de estudo e de trabalho dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos. Neste quadro geral, a discussão

sobre o acesso dos jovens ao ensino superior adquire novos contornos, ao mesmo tempo que fornece subsídios para situar o restrito, porém heterogêneo, conjunto de estudantes que ingressam no ensino superior.

Entre as questões consideradas nesta parte do estudo, destacam-se:

- A trajetória de escolaridade dos jovens brancos, pardos e negros; a relação entre essas trajetórias e as características socioeconômicas (renda familiar e escolaridade do pai e mãe) por região geográfica.
- Características dos jovens entre 18 e 24 anos com onze anos ou mais de escolaridade.

A Parte II cuida especificamente do estudante universitário. Trata-se de apresentar o perfil socioeconômico e educacional dos indivíduos que estão se formando em cursos de nível superior no Brasil. Se é verdade que o ensino superior se restringe a parcelas muito específicas de jovens brasileiros – como se procurou mostrar na Parte I – interessa, pois, entender a intensidade e as formas particulares com que este fenômeno se apresenta.

Na ausência de registros sistematizados de dados pessoais e socioeconômicos dos estudantes universitários do País, decidiu-se utilizar o banco de dados do Exame Nacional de Cursos de 1999. Neste ano, foram avaliados os concluintes de 2.151 cursos superiores, distribuídos em 13 áreas da graduação (Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina Veterinária, Odontologia, Engenharia Elétrica, Jornalismo, Letras, Matemática, Economia, Engenharia Mecânica e Medicina – as três últimas incluídas no ano de 1999), totalizando 160.018 inscritos presentes ao Exame. Deve-se esclarecer que o número de cursos representa a totalidade de cursos que inscreveram seus graduandos no Provão e não o universo dos cursos existentes no País (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999a).

De acordo com o delineando da pesquisa e com as questões apresentadas, foram definidos dados específicos fornecidos pelos concluintes que realizaram o Exame Nacional de Cursos no ano de 1999. Considerou-se as seguintes variáveis: a) curso de Graduação; b) dependência administrativa da instituição (pública/privada); c) natureza institucional (universidade e não-universidade); d) região geográfica; e) Estado da Federação/capital/interior; f) turno predominante do curso (integral, diurno, noturno); g) nota

¹ A nota da Prova Geral, como indicador de desempenho, refere-se ao tratamento estatístico dos resultados dos formandos nas provas de múltipla escolha e discursiva.

individual obtida na Prova Geral; h) ano de nascimento/idade; i) cor; j) sexo; k) estado civil; l) situação de moradia durante o curso; m) renda mensal familiar; n) escolaridade dos pais; o) atividade remunerada e carga horária; p) tipo de escola em que freqüentou o ensino médio; q) tipo de curso do ensino médio que concluiu; r) beneficiário de bolsa de estudo na Graduação. Apesar de restritos aos formandos – e, portanto, não englobar a totalidade dos estudantes universitários brasileiros e, mesmo assim, somente aqueles concluintes dos cursos avaliados os quais se inscreveram –, os dados do Provão permitem delinear um quadro geral no qual se consideram características pessoais, atributos socioeconômicos (renda familiar, condição de trabalho, etc.) e desempenho acadêmico (nota na Prova Geral) dos formandos por região geográfica, cursos, dependência administrativa e natureza institucional dos estabelecimentos de ensino superior.

As inter-relações estabelecidas entre essas variáveis permitem trazer novos elementos para o tratamento da equidade no sistema de ensino superior brasileiro. Entre outras, são discutidas as seguintes questões.

- Em que setor – público ou privado – e em que cursos, dentre os avaliados no Provão de 1999, constata-se maior e menor equidade?

- Que fator(es) – região geográfica, dependência administrativa, natureza institucional do estabelecimento, atributos socioeconômicos do formando – apresenta(am) maior relação com o seu desempenho na Prova Geral?

A análise procura identificar fissuras (em termos de cursos, turnos, tipos de escola, etc.) no sistema de ensino superior para o acesso de estudantes oriundos de grupos de renda mais baixos ou sem tradição familiar em ensino superior.

Propõe-se, sobretudo, avaliar em que medida a configuração do sistema de ensino superior brasileiro – a dualidade (setor público e privado), sua distribuição estrutural (universidades, centros universitários ou escolas isoladas) e a oferta de vagas (em termos de cursos, de turnos, entre outros) organizam, restringindo ou ampliando, as condições de acesso dos diferentes grupos sociais à formação superior e o desempenho acadêmico dos concluintes de cursos superiores.

O Relatório é completado por uma discussão geral dos resultados da pesquisa, tendo em vista as questões que orientaram todo o trabalho. Com base nesses resultados, retomam-se considerações sobre a noção de equidade e a de diversidade no ensino superior, discutindo suas implicações para o sistema de ensino superior no Brasil.

PARTE I 1

Os jovens e o acesso ao ensino superior no Brasil

Características gerais dos jovens de 18 a 24 anos

Em 1997, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (IBGE, 1998), o Brasil tinha um total de 19,6 milhões de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. Trata-se de um contingente populacional expressivo em termos absolutos e relativos, e com características peculiares em relação a outros países e em relação ao passado.

Pela primeira vez na história brasileira recente, a geração de jovens desta faixa etária é maior que a geração de adolescentes ou de crianças. Nos trabalhos da área (Bercovich, Madeira, Torres, 1998, 1997, entre outros), o fenômeno, denominado "onda jovem", é atribuído ao declínio constante da fecundidade que se tem verificado a partir dos anos 70. Em termos relativos, trata-se de uma das maiores gerações de jovens já observada na história brasileira, correspondendo, em 1997, a 12,5% da população brasileira cujo total atingia 157 milhões de pessoas (IBGE, 1998).

Em termos absolutos, considerando-se os quase 20 milhões de pessoas, o tamanho populacional da juventude entre 18 e 24 anos é superior à população de países como o Chile, Portugal e Grécia.

Comparando com as gerações anteriores, trata-se de uma juventude predominantemente urbana, alfabetizada e mais escolarizada que a geração de seus pais. Para melhor caracterizá-la, apresenta-se o seu perfil segundo as variáveis sexo, idade, condição no domicílio, condição de trabalho, região geográfica, cor, renda familiar e nível de escolaridade.

Distribuição dos jovens por sexo e idade – A distribuição dos jovens de 18 a 24 anos

em 1997, segundo o sexo e a idade, apontam para dois importantes aspectos do ponto de vista do planejamento educacional para os próximos anos: a população feminina já era sensivelmente maior do que a masculina nesta faixa etária, sendo que a primeira ultrapassava a segunda em mais de 100 mil pessoas; os indivíduos no início da faixa etária, aos 18 anos, eram muito mais numerosos do que os no final da faixa etária, aos 24 anos (Tabela 1.1).

Pode-se constatar, nesta Tabela, que existiam 3,2 milhões de jovens com 18 anos em 1997, em uma população de 2,5 milhões com 24 anos. Trata-se de uma diferença acentuada – 700 mil pessoas – que não se explica nem pela mortalidade nem pela migração – tanto mais quando se sabe que os grupos de idades precedentes ou anteriores (adolescentes e crianças) têm tamanhos populacionais mais modestos em termos absolutos (Oliveira, et al., 1998).

Outrossim, constata-se, o início do que os especialistas têm designado por "onda jovem" – uma larga geração de jovens, que se adensa ainda mais no grupo que estará completando 20 anos em torno do ano 2000 (Bercovich, Madeira, Torres, 1998, 1997). Descontinuidades demográficas deste porte podem, certamente, levar a significativas pressões sobre o sistema educacional.

Neste início de século, por exemplo, a demanda potencial de ensino superior poderá ser pressionada por uma série de fatores correlacionados: a "onda jovem", o significativo avanço da

escolaridade de nível médio entre os jovens, segundo os dados educacionais disponíveis atestam, e a redução do índice de participação dos jovens no mercado de trabalho, embora esta taxa continue elevada (Arias, 1998). De fato, nas unidades da Federação onde o atraso escolar é menor, como São Paulo, a pressão por ensino médio e superior já vem sendo observada há alguns anos com bastante intensidade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1998; Sampaio, 1998).

Condição do jovem no domicílio – No Brasil, na faixa etária de 18 a 24 anos, 30,1% dos jovens do sexo masculino e 47,0% das jovens já não residem na casa de seus pais (Tabela 1.2). No caso das jovens brasileiras nesta faixa etária, 30,4% foram identificadas como sendo cônjuges (dos chefes de domicílio) pela PNAD/97, enquanto apenas 17,6% dos jovens foram identificados como os próprios chefes de domicílio.² Estes dados são relativamente conhecidos no contexto dos estudos de nupcialidade no Brasil e remetem para que os especialistas identifiquem, em termos demográficos, como o histórico fenômeno da nupcialidade precoce³ das jovens brasileiras (Berquó, 1998).

O fenômeno das uniões nesta faixa etária tende a ter repercussões significativas no processo educacional, entendido em todos os seus níveis. Muitas jovens de 18 a 24 anos são donas de casas e mães, o que implica a necessidade de uma abordagem especial, caso o siste-

Tabela 1.1 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos, segundo o sexo e a idade. Brasil, 1997

Idade	Valores Relativos			Valores Absolutos		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
18	16,44	16,21	16,33	1.604.895	1.600.604	3.205.499
19	15,25	15,05	15,15	1.489.132	1.486.268	2.975.400
20	14,73	14,47	14,60	1.438.272	1.429.130	2.867.402
21	13,96	13,74	13,85	1.363.082	1.356.677	2.719.759
22	13,48	13,98	13,73	1.316.210	1.380.193	2.696.403
23	13,36	13,63	13,50	1.303.880	1.346.129	2.650.009
24	12,77	12,90	12,84	1.246.363	1.274.122	2.520.485
Total	100,00	100,00	100,00	9.761.834	9.873.123	19.634.957

Fonte: IBGE, PNAD/97.

² A condição de outro parente (neto, sobrinho, etc.) também aparece de modo significativo, atingindo para moças e rapazes mais do que 10% do total.

³ A idéia de nupcialidade precoce não tem como base ciclos biológicos e reprodutivos das jovens nesta faixa etária, mas remete ao processo educacional completo, incluindo o nível superior.

ma educacional pretenda mantê-las ou trazê-las de volta para a escola.⁴ Ao mesmo tempo, muitos desses jovens são arrimos de família e trabalham em tempo integral. Com efeito, os jovens que já são chefes de família têm menos anos de escolaridade comparativamente aos jovens que continuam residindo com os pais (Tabela 1.2).

A renda familiar dos jovens que são chefes de domicílio ou cônjuges é significativamente inferior à renda familiar dos demais jovens. Para o conjunto dos jovens, 22,9% residiam em domicílios com renda até dois salários mínimos e 21,1% em domicílios com renda superior a 10 salários mínimos. Para os jovens chefes de domicílio ou cônjuges, 34,7% residiam em domicílios com renda familiar até dois salários mínimos e apenas 7,7% residiam em

domicílios com renda familiar superior a dez salários mínimos de 1997⁵ (Tabela 1.3).

Em outras palavras, no que concerne à má distribuição geral da renda – em que apenas 7,2% dos jovens residem em domicílios com renda familiar superior a vinte salários mínimos – constata-se que os jovens que constituíram família precocemente formam um estrato populacional particularmente pobre, o que certamente tende a acarretar impactos sobre a condição de vida e sobre a possibilidade de continuar estudando.⁶ Ampliando a discussão desses aspectos, são apresentados, abaixo, dados relativos às condições de estudo e de trabalho dos jovens brasileiros.

Sexo e condição de trabalho e de escolaridade – Um conjunto importante dos jovens

Tabela 1.2 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo o sexo, a condição no domicílio e a escolaridade média. Brasil, 1997

Condição no Domicílio	Masculino	Feminino	Total	Escolaridade média (anos de estudo)
Chefe	17,62	2,97	10,25	5,7
Cônjuge	0,48	30,44	15,54	6,0
Filho	69,91	53,02	61,41	7,3
Outro Parente	10,73	10,39	10,56	6,6
Agregado	0,79	0,94	0,87	6,3
Pensionista	0,40	0,28	0,34	8,9
Empregado	0,06	1,98	1,03	5,1
Total	100,00	100,00	100,00	6,8

Fonte: IBGE, PNAD/97.

Tabela 1.3 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo a renda familiar e a condição no domicílio. Brasil, 1997

Renda familiar (em salário mínimo)	Chefe ou cônjuge	Filho ou filha	Outra condição	Total
0 a 240,00	34,71	17,38	25,45	22,90
241,00 a 600,00	39,69	29,21	33,88	32,52
601,00 a 1.200,00	17,95	26,03	22,21	23,45
1.201,00 a 1.800,00	4,00	11,73	8,59	9,32
1.801,00 a 2.400,00	1,73	5,90	4,53	4,64
a partir de 2.401,00	1,94	9,75	5,36	7,17
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNAD/97.

⁴ O fenômeno do atraso escolar, que será apresentado mais adiante, é um elemento que não deve ser desconsiderado ao tratar da nupcialidade precoce das jovens. Aos 18 anos, teoricamente, deveriam ter concluído o ensino médio; aos 21 ou 22 anos, o ensino superior. À medida que a correspondência idade e série é prejudicada pelo atraso escolar, a nupcialidade das jovens interrompe a progressão nos anos de escolaridade.

⁵ O salário mínimo em setembro de 1997 (data da PNAD) correspondia a R\$120,00.

⁶ Ver, por exemplo, o estudo sobre as condições habitacionais dos domicílios chefiados por jovens (Souza, 1998).

brasileiros de 18 a 24 anos tinha algum tipo de trabalho. Nas famílias com renda até 10 salários mínimos (78,9% do total de jovens se encontram nesta condição), 76,3% dos rapazes e 41,4% das moças tinham uma ocupação em 1997. Nas famílias de mais de dez salários mínimos, essas proporções eram de 77,1% e 56,8%, respectivamente (Tabela 1.4).

Os dados sugerem que a renda familiar parece não se constituir um fator distintivo para a condição de trabalho dos jovens nessa faixa etária. De modo geral, em todas os grupos de renda, a parcela de jovens que trabalham é significativa, ao menos entre os rapazes. Entre as mulheres, as jovens de famílias mais ricas participam mais freqüentemente do mercado de trabalho, sendo que 43,8% das jovens de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos nem trabalham fora do domicílio nem estudam. Deve ser lembrado, de acordo com os dados apresentados, o significativo percentual de moças casadas, na condição de donas de casa e mães (Madeira, 1998).

Por outro lado, a renda familiar parece ser bastante distintiva no que diz respeito à condição de estudo. Apenas 24,1% dos jovens oriundos de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos freqüentavam a escola em 1997, proporção que atingia 46,1% dos jovens oriundos de famílias com renda superior a 10 salários mínimos (Tabela 1.4). Pode-se também observar que a freqüência à escola é mais comum entre as mulheres do que entre os homens.

Outro elemento de grande importância para o planejamento escolar brasileiro advém do fato de ser significativa a proporção de jovens que estudavam e exerciam, simulta-

neamente, alguma ocupação no mercado de trabalho. Na faixa de renda até 10 salários mínimos, 12,1% dos jovens trabalhavam e estudavam em 1997, o que corresponde à metade do total que continuava a freqüentar a escola. Na faixa de renda superior, a proporção de jovens que trabalhavam e estudavam chegava a 24,7% do total, ou 53,8% daqueles que continuavam a estudar em 1997 (Tabela 1.4).

Finalmente, cabe destacar a significativa parcela de jovens que não estavam nem trabalhando nem estudando. O fenômeno tende a refletir, em parte, questões sociais mais gerais, tais como o problema do desemprego e a questão dos chamados "jovens em situação de risco". Consta-se na Tabela 1.4 que a proporção de jovens na situação de não ocupado e não estudando era maior nas famílias de renda mais baixa. Verifica-se, ainda, o mesmo fenômeno entre as moças, o que não necessariamente reflete situação de desemprego ou de risco, mas o fato de muitas delas dedicarem-se somente aos afazeres domésticos (Madeira, 1998), como mãe e esposa.

Em resumo, pode-se afirmar que, por um lado, é grande a participação dos jovens em geral no mercado de trabalho, independentemente da renda familiar. Por outro, a proporção dos jovens que continuam estudando é pequena, sendo inferior a 25% entre aqueles oriundos de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos. Neste sentido, ampliar a freqüência dos jovens à escola – reduzindo a desigualdade educacional nesta faixa etária – parece exigir novas alternativas educacionais que contemplem a realidade de boa parte da juventude que trabalha e/ou está casada e tem filhos.

Tabela 1.4 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo o sexo, a renda familiar, a condição de trabalho e de estudo. Brasil, 1997

Condição de trabalho e de estudo	Masculino	Feminino	Total
Renda familiar até 10 salários mínimos			
Ocupado e estuda	14,03	10,22	12,10
Não ocupado e estuda	9,18	14,81	12,04
Ocupado e não estuda	62,26	31,19	46,49
Não ocupado e não estuda	14,52	43,78	29,37
Total	100,00	100,00	100,00
Renda familiar superior a 10 salários mínimos			
Ocupado e estuda	26,92	22,19	24,70
Não ocupado e estuda	17,59	25,77	21,44
Ocupado e não estuda	47,22	34,65	41,32
Não ocupado e não estuda	8,27	17,39	12,55
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNAD/97.

Cor – Outra característica da juventude brasileira é a sua heterogeneidade racial ou de cor.⁷ Segundo o critério adotado pela PNAD/97, 51,2% dos jovens brasileiros se classificaram como brancos, o que – independentemente da precisão desta categoria – é uma importante evidência da grande heterogeneidade racial da população brasileira (Tabela 1.5).

Entre os que não se declararam brancos, a maior parte era constituída de pessoas da cor parda (42,2%) e preta (5,4%).⁸ Nas próximas seções, serão analisados dados referentes a apenas duas categorias de cor: branca e parda/preta. É provável que, dada a existência da discriminação racial, esses dados apresentem um quadro subestimado do contingente de negros.

Os dados mostram que a autodefinição da cor – branca e parda ou negra – pelos entrevistados está associada a diferenciais de renda familiar. Os que se definiam como brancos apresentavam, em 1997, uma renda familiar de quase o dobro daqueles que se definiam como pardos ou negros.

Em síntese, os dados da PNAD mostram a heterogeneidade dos jovens brasileiros em termos de padrões demográficos e socioeconômicos. Essa heterogeneidade, muitas vezes, vem sendo utilizada para explicar as condições de acesso dos jovens brasileiros aos níveis mais elevados de ensino (Saboia, 1998). Neste quadro, maiores níveis de escolaridade estariam associados aos níveis mais elevados de renda, à cor branca, às áreas metropolitanas e às Regiões Sul e Sudeste do País, entre outras variáveis. Para discutir essas questões, a próxima seção trata da escolaridade dos jovens brasileiros.

Escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos – Com base nos dados da PNAD/97, a escolaridade média do jovem brasileiro de 18 a 24 anos

pode ser considerada muito baixa. Com efeito, 53,5% do total de jovens nem sequer tinham completado o ensino fundamental (tinham menos de oito anos de estudo) e apenas 22,8% haviam completado o ensino médio (onze anos de escolaridade ou mais) (Tabela 1.6).

Os dados confirmam que a universalização do ensino médio – considerado essencial para a integração do indivíduo numa sociedade moderna, baseada nos sistemas de informação e no desenvolvimento tecnológico – continua a ser no Brasil um projeto distante (Berger Filho, 1999). Dois problemas, de acordo com pesquisadores, estariam acarretando o baixo nível médio de escolaridade dos jovens: a saída precoce do sistema educacional e o atraso escolar quando se relaciona série/idade. Com efeito, a grande maioria dos jovens (quase 14 milhões pessoas) já tinha saído da escola em 1997 e boa parte dos que nela permaneciam apresentava atraso escolar significativo. Para ilustrar a dimensão do atraso escolar, dos cerca de 6 milhões de jovens que ainda estudavam em 1997, uma grande proporção ainda estava freqüentando o ensino fundamental (31,9%) ou médio (41,2%).

A Figura 1.1 mostra dois aspectos importantes da dinâmica de inclusão dos jovens do sistema educacional. Primeiro, é que a grande parte dos jovens que não freqüentam a escola nem sequer concluíram o ensino fundamental. O segundo aspecto é que a freqüência à escola é muito mais significativa entre os jovens que atingiram os níveis mais elevados de escolarização (doze anos ou mais). Dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 22,8% tinham completado o ensino médio em 1997 e apenas um conjunto muito pequeno estava no ensino superior (6,3%), tendo atingido doze anos de estudo ou mais (Tabela 1.6). Os dados, de fato, confirmam quanto o acesso aos níveis mais elevados de escolaridade tem sido restrito no Brasil.

Tabela 1.5 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo a cor/raça. Brasil, 1997

Cor/raça	Distribuição %	Renda familiar média (Reais de 1997)
Branca	51,92	1.192,98
Parda	42,24	581,73
Preta	5,40	600,38
Amarela	0,30	2.912,68
Indígena	0,14	450,54
Total	100,00	905,97

Fonte: IBGE, PNAD/97.

⁷ Na PNAD/97, é o próprio entrevistado que definiu sua raça/cor: "Consideraram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia)" (IBGE, 1998, p.18).

⁸ As raças indígena e amarela parecem ter sido subestimadas numericamente no desenho da amostra.

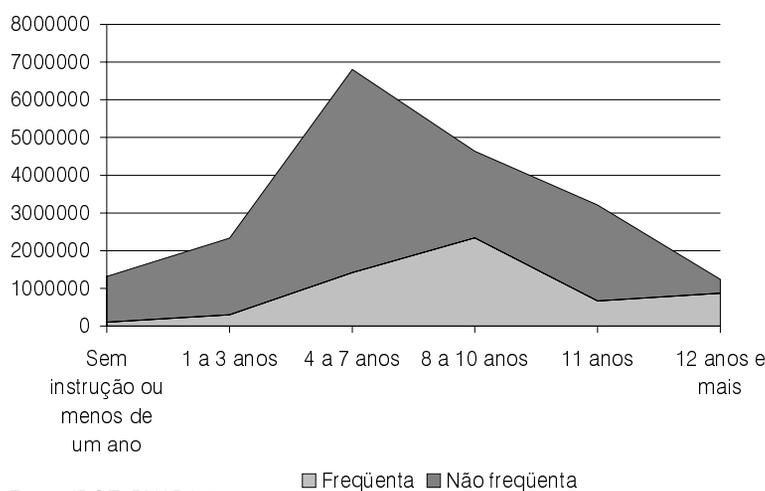
Tabela 1.6 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo os níveis de instrução e a freqüência à escola. Brasil, 1997

Escolaridade e freqüência à escola	Porcentagem	Números absolutos
0 a 7 anos de estudo	53,50	10.457.123
8 a 10 anos de estudo	23,72	4.635.924
11 anos de estudo	16,44	3.213.020
12 anos e mais	6,34	1.240.144
Total	100,00	19.546.211
Freqüente a escola - 0 a 7 anos de estudo	31,94	1.817.656
Freqüente a escola - 8 a 10 anos de estudo	41,17	2.343.234
Freqüente a escola - 11 anos de estudo	11,66	663.549
Freqüente a escola - 12 anos de estudo e mais	15,23	866.849
Freqüente a escola	100,00	5.691.288
Não freqüente a escola - 0 a 7 anos de estudo	62,36	8.639.467
Não freqüente a escola - 8 a 10 anos de estudo	16,55	2.292.690
Não freqüente a escola - 11 anos de estudo	18,40	2.549.471
Não freqüente a escola - 12 anos de estudo e mais	2,69	373.295
Não freqüente a escola	100,00	13.854.923

Fonte: IBGE, PNAD/97.

Nota: A diferença entre os números absolutos aqui apresentados e os da Tabela 1.1 decorre do fato de não se dispor dos dados de escolaridade de 84 mil jovens.

Figura 1.1 – Jovens de 18 a 24 anos segundo a escolaridade e a freqüência à escola. Brasil, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

A rigor, o público universitário é constituído por aproximadamente 1,9 milhões de jovens,⁹ englobando os que têm doze anos de estudo e mais (1,24 milhões de pessoas) e aqueles que têm onze anos de estudo e ainda estudam (664 mil).¹⁰ Este grupo de 1,9 milhões corresponde a apenas 9,7%

do contingente de jovens de 18 a 24 anos.¹¹ Cabe destacar, porém, que uma outra parcela importante de jovens poderia vir a ingressar no ensino superior; essa importante parcela engloba os 2,5 milhões de jovens que concluíram o ensino médio

⁹ O número de 1,9 milhões de jovens entre 18 e 24 anos corresponde a 86,4% de um total de 2,2 milhões de estudantes universitários, total que computa pessoas acima de 24 anos e mesmo abaixo de 18 anos.

¹⁰ A denominação "público universitário" utilizada inclui os jovens de 18 a 24 anos que estão matriculados no ensino superior, jovens com onze anos de estudo e que, embora estudando, não estão cursando o ensino superior. Parte destes últimos pode estar freqüentando cursos pré-vestibulares ou cursos de curta duração, ou ainda, fora da educação formal, de caráter tecnológico/profissionalizante. De qualquer modo, faz sentido incluí-los no chamado "público universitário".

¹¹ Segundo os dados do IBGE (1998), o percentual de jovens brasileiros na faixa de 18 a 24 anos cursando o ensino superior era de 7,8%. A proporção de 9,7% mencionada refere-se ao que se denominou "público universitário", que engloba os alunos de cursos pré-vestibulares e os jovens nesta faixa etária que já se formaram.

(onze anos de estudo) e que não estão atualmente estudando e os 2,3 milhões de jovens que, na faixa de 18 a 24 anos, ainda estão cursando o ensino médio (oito a dez anos de estudo).

Em outras palavras, existia, em 1997, 4,8 milhões de jovens que estavam cursando ou que, embora tivessem já concluído o ensino médio, não tinham ingressado no ensino superior. A existência dessa significativa parcela, que corresponde a 24,5% do total de jovens de 18 a 24 anos no País, sugere que, em um intervalo de tempo relativamente curto, pode ocorrer um aumento substantivo da demanda por vagas no ensino superior. Da perspectiva das políticas para o ensino superior, esse aumento da demanda potencial exige não tão-somente ampliação da oferta do número de vagas no sistema de ensino superior, mas, sobretudo, maior flexibilização das condições de oferta das vagas em termos de custos, de diversificação de carreiras, métodos de ensino, entre outros aspectos.

Nas seções seguintes, apresenta-se um quadro mais detalhado das condições de escolaridade dos jovens brasileiros incluindo as variáveis sexo, renda familiar, cor e região geográfica.

Escolaridade e sexo – No Brasil, a afirmação de que as mulheres jovens apresentam uma escolaridade média muito superior à dos rapazes não causa surpresa; está bastante disseminada nos meios acadêmicos, entre os formuladores de políticas educacionais e na grande imprensa. De fato, segundo os dados da PNAD/97, enquanto 15,6% das moças tinham até três anos de escolaridade em 1997, os rapazes, nessa mes-

ma situação, representavam 21,8%. Analogamente, enquanto 26,4% das mulheres jovens já tinham concluído o ensino médio, esta percentagem era de apenas 19,2% para os homens. As mulheres jovens já são maioria mesmo no restritivo nível de ensino superior (Tabela 1.7).¹²

No quadro geral de baixa escolaridade, as mulheres sobressaem positivamente. Em média, as moças têm 7,2 anos de estudo contra os 6,4 anos dos rapazes de 18 a 24 anos, de acordo com os dados da PNAD/97. Em relação a outros países em desenvolvimento, trata-se de um resultado surpreendente, já que a diferença entre os anos de escolaridade masculina e feminina é um indicador privilegiado na constatação da desigualdade entre os sexos (UNDP, 1996).¹³

Trata-se, sem dúvida, de uma questão auspiciosa. O aumento dos anos de escolaridade das mulheres tem, a longo prazo, grande impacto nas políticas sociais de saúde (reduzindo em menor mortalidade infantil) e de educação, uma vez que mulheres mais escolarizadas, de acordo com estudos já realizados, têm filhos mais escolarizados (Barros, Mendonça, 1992).

Escolaridade dos jovens e renda – Nos estudos sobre educação no Brasil são freqüentes as associações entre o nível educacional do jovem e o nível de renda de suas famílias. De modo geral, jovens com níveis educacionais mais elevados seriam provenientes de famílias de maior renda (Sabóia, 1998). De fato, tal correlação pode ser constatada na maior parte das fontes de dados disponíveis. Nos dados da PNAD/97, esta relação pode também ser constatada e qualificada (Figura 1.2).

Tabela 1.7 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo os anos de escolaridade e o sexo. Brasil, 1997

Anos de escolaridade	Homens	Mulheres	Total
0 a 3 anos	21,83	15,64	18,71
4 a 7 anos	36,12	33,72	34,91
8 a 10 anos	22,81	24,27	23,54
11 anos	13,94	18,98	16,48
12 e mais	5,30	7,40	6,36
Total	100,00	100,00	100,00
Médias de anos de estudo	6,45	7,25	6,85

Fonte: IBGE, PNAD/97.

¹² Ver, a este respeito, a Parte I.

¹³ Em janeiro de 2000, a Unesco promoveu um encontro do grupo formado pelos nove países mais populosos do mundo (E-9), do qual o Brasil faz parte. O objetivo era avaliar a melhoria dos indicadores educacionais nestes países desde que assumiram, há dez anos, compromissos comuns. Um dos aspectos dizia respeito à necessidade de se garantir iguais condições educacionais para homens e mulheres, problema que atingia muitos países-membros do E-9. A desigualdade educacional a favor dos homens já não era, há dez anos, um problema no Brasil.

A Figura 1.2 mostra que entre os jovens, com níveis de escolaridade entre zero e cinco anos de estudo, a renda média familiar apresentava pouca variação em 1997. A pequena diferença entre a renda média familiar dos que não estudaram e a dos que tinham pelo menos cinco anos de estudo é indicativa de que o acesso ao primeiro ciclo do ensino fundamental já está praticamente universalizado.

É a partir do sexto ano de estudo, entretanto, que a variável renda familiar começa a se fazer presente, crescendo a cada ano de escolaridade adicional. Assim, enquanto a renda média familiar dos jovens com seis anos de estudo estava em torno de 500 reais em 1997, a renda daqueles com onze anos de estudo atingia 1.500 reais. Isto significa que, entre seis e onze anos de estudo, a cada ano adicional de estudo do jovem corresponde um acréscimo de 200 reais na renda familiar média (Figura 1.2). Vale destacar, no entanto, que essa relação deixa de ser automática no momento de entrada do jovem no ensino superior. Entre os jovens com doze anos de estudo, a renda familiar média atingia 2.300 reais, o que representa um acréscimo de 800 reais em relação à situação dos jovens com onze anos de estudo – período para a conclusão do ensino de nível médio.

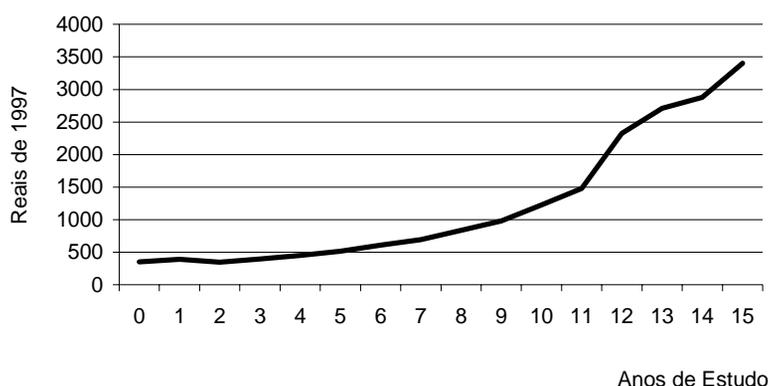
Em outras palavras, apesar de a renda média familiar apresentar correlações com os

anos de escolaridade dos jovens, é no momento do ingresso na universidade que o aumento na renda média se faz sentir de forma mais significativa. Se é verdade que os jovens muito pobres têm alguma dificuldade em concluir o ensino fundamental e dificuldade maior em concluir o ensino de nível médio, mais difícil ainda que concluam o ensino superior. A conhecida metáfora do funil do sistema educacional – de a cada ano adicional de estudo excluir maior número de jovens oriundos das famílias mais pobres – se estreita de forma muito significativa no momento de ingresso no ensino superior.

Tal afirmação soa óbvia para o observador da cena social brasileira, podendo ser descrita e constatada de diferentes ângulos. Mais complexa, porém, é a proposição de relações que, de algum modo, possam explicar como ocorre esse processo de exclusão e inclusão no sistema educacional brasileiro.

Diante do fato de que os jovens de escolaridade mais baixa provêm de famílias mais pobres, pergunta-se: até que ponto é possível afirmar que eles são menos escolarizados porque são mais pobres? Com efeito, existem vários outros fatores que intervêm neste quadro, tais como cor, escolaridade dos pais, região geográfica de residência, etc. – os quais parecem também contribuir para a sua configuração.

Figura 1.2 – Renda média familiar do jovem de 18 a 24 anos segundo a escolaridade. Brasil, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

2

A escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos

Escolaridade dos jovens, cor e renda –

A cor da pele é um fator freqüentemente considerado quando se trata das desigualdades educacionais no Brasil. Vários estudos chamaram a atenção para o fato de jovens pardos e negros apresentarem, tradicionalmente, menos anos de escolaridade que os jovens brancos (Saboia, 1998). Ocorre que nas chamadas análises univariadas nunca se sabe com certeza se os jovens negros ou pardos são menos escolarizados devido a sua cor ou porque são também oriundos de famílias com renda mais baixa.¹⁴

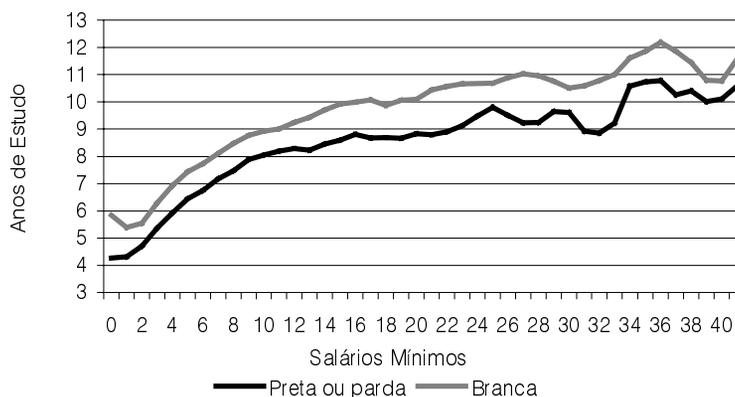
Visando investigar este efeito combinado, a Figura 1.3 apresenta a escolaridade média dos jovens de 18 a 24 anos, por cor e renda familiar. Segundo os dados da PNAD/97, constata-se que para qualquer nível de renda familiar considerado, os jovens pardos ou negros tinham – em média – um ano de estudo a menos do que os jovens brancos.¹⁵

Com efeito, o fato de ser jovem negro ou pardo parece implicar um nível mais baixo de escolaridade, independentemente do nível de renda familiar do jovem. Além disso, a diferença parece ser mais acentuada nos níveis de renda mais elevados do que nos mais baixos. Esses resultados são importantes porque indicam de forma muito contundente que a questão da cor é um dos aspectos constitutivos do fenômeno da desigualdade no sistema educacional brasileiro.

¹⁴ Para constatar os diferenciais de renda por cor, ver a Tabela 1.5.

¹⁵ A Figura 1.2 e a 1.3 representam variantes do mesmo fenômeno. Na primeira, varia a renda em função da escolaridade. Na segunda, seguiu-se o procedimento inverso.

Figura 1.3 – Escolaridade média segundo a raça e a renda familiar. Brasil, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

Se os dados apresentados parecem adequados para fins descritivos, o leitor deve, todavia, precaver-se diante de relações de causalidade simplistas. Sabe-se, por um lado, que a concentração de jovens negros e pardos parece ser mais elevada no Nordeste do que em outras regiões. Por outro, sabe-se também que os pais de jovens negros ou pardos apresentam menores níveis de escolaridade média do que os pais de jovens brancos. As desigualdades observadas, portanto, poderiam, em tese, serem explicadas em função da própria diversidade regional e das diferenças educacionais nas gerações anteriores.

Escolaridade dos jovens e a região geográfica – De modo geral, os níveis de escolaridade dos jovens entre 18 e 24 anos variam nas regiões geográficas. A proporção de jovens com até três anos de estudo, por exemplo, é muito maior no Nordeste do que no Sudeste do País.¹⁶ Essa variabilidade ocorre no interior de uma mesma região, comparando a escolaridade dos jovens residentes nas áreas metropolitanas e nos municípios do interior. A proporção de jovens com onze anos de escolaridade ou mais (ensino de nível médio completo) atinge 31,0% no conjunto das áreas metropolitanas contra 18,9% nos municípios do interior do Brasil (Tabela 1.8).

Os dados da Tabela 1.8 mostram dois aspectos importantes do quadro educacional do País. Primeiro é que a demanda por certos níveis educacionais tende a se concentrar em alguns pontos específicos do espaço geográfico. No caso específico do ensino superior, a demanda tende a se localizar nas regiões metropolitanas. Segundo aspecto, e como parte do mesmo fenômeno, as

condições educacionais dos jovens brasileiros são muito espacialmente heterogêneas, seja na comparação entre as diferentes regiões geográficas, seja no interior de cada uma delas.

Nas Regiões Sudeste e Sul, as diferenças entre interior e áreas metropolitanas são menos pronunciadas do que nas demais regiões. Nessas regiões, a população rural foi reduzida de forma muito significativa e o ensino fundamental aproxima-se da universalização na maior parte dos municípios.¹⁷ Em alguns Estados, a oferta de ensino já está bem consolidada no interior e, em outros, encontra-se em vias de franca expansão (Sampaio, 1998).

Do quadro apresentado, emerge uma questão importante: são as características específicas dos sistemas educacionais nas diferentes regiões geográficas que estão afetando os níveis de escolaridade média de seus jovens, ou, de maneira inversa, as diferenças de níveis de escolaridade dos jovens estariam apenas refletindo outras variáveis subjacentes, tais como cor e renda familiar.

Escolaridade dos jovens, região geográfica, renda e cor – Ao analisar a relação entre escolaridade média dos jovens e níveis de renda familiar para as diferentes regiões do País – constatam-se resultados relativamente surpreendentes. A escolaridade média dos jovens tende a variar em função da renda familiar de forma muito similar no Nordeste e no Sudeste (Figura 1.4).¹⁸

Para quase todos os níveis de renda familiar considerados, a escolaridade média dos jovens era muito semelhante nas Regiões Nordeste e Sudeste em 1997, sugerindo que diferentes

¹⁶ Do total de jovens estudados, em 1997, 43,0% residiam no Sudeste e 29,7% no Nordeste, as duas regiões mais populosas.

¹⁷ Segundo a contagem populacional de 1996, a taxa de urbanização do Estado de São Paulo era superior 90,0%.

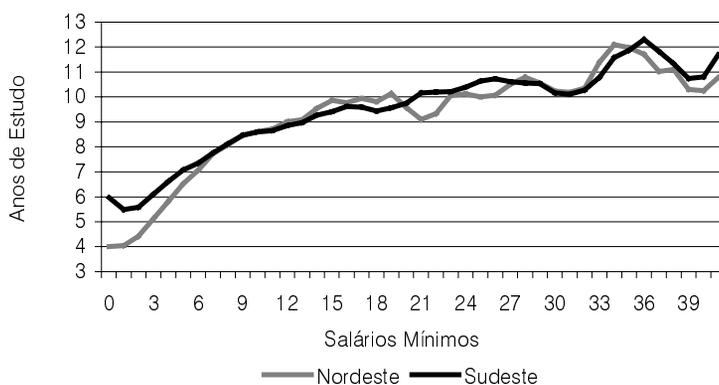
¹⁸ Optou-se por analisar apenas as Regiões Nordeste e Sudeste devido ao número insuficiente de casos disponíveis, de outras regiões, na amostra.

Tabela 1.8 – Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo níveis de instrução e freqüência à escola. Brasil, 1997

Anos de estudo	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Todas as áreas geográficas						
0 a 3 anos	17,63	34,37	11,58	9,84	14,55	18,67
4 a 7 anos	36,88	34,51	32,85	38,62	38,76	34,83
8 a 10 anos	26,68	17,27	27,14	24,87	25,26	23,72
11 anos	15,79	11,09	19,83	18,14	15,46	16,44
12 anos e mais	3,01	2,76	8,59	8,54	5,96	6,34
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Interior						
0 a 3 anos	18,69	39,23	13,86	10,75	15,98	22,76
4 a 7 anos	37,91	34,03	36,45	40,59	40,48	36,72
8 a 10 anos	26,19	15,17	25,28	24,57	24,77	21,66
11 anos	15,10	9,63	17,01	16,68	13,81	13,96
12 anos e mais	2,12	1,94	7,41	7,41	4,97	4,90
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Regiões metropolitanas						
0 a 3 anos	10,60	15,62	9,06	7,16	8,71	10,11
4 a 7 anos	30,00	36,37	28,86	32,85	31,74	30,88
8 a 10 anos	30,00	25,37	29,20	25,76	27,30	28,02
11 anos	20,40	16,73	22,97	22,40	22,22	21,63
12 anos e mais	9,00	5,92	9,91	11,83	10,04	9,36
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, PNAD/97.

Figura 1.4 – Escolaridade média dos jovens segundo a região e a renda familiar. Brasil, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

níveis de escolaridade parecem antes remeter à própria estrutura diferenciada de distribuição de renda nestas regiões do que a outras eventuais particularidades regionais.

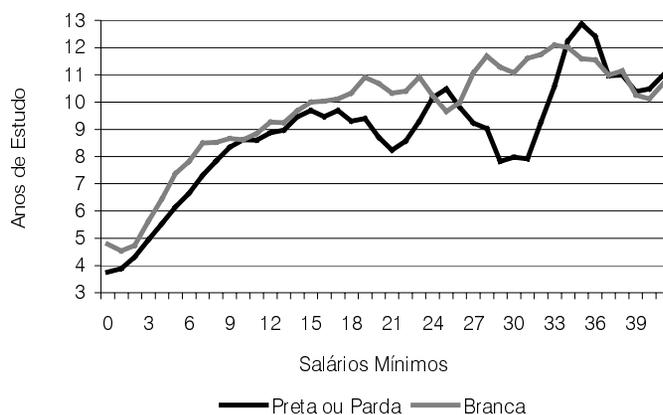
A principal exceção diz respeito aos jovens oriundos de famílias com renda inferior a três salários mínimos. Neste caso, constata-se, em 1997, desníveis educacionais expressivos entre o Nordeste e o Sudeste, superiores a um ano de escolaridade. É possível inferir, com base nesses dados, que para os jovens muito pobres da Região Nordeste (34,4% do total), o ensino público parece ter sido menos eficiente, no sentido de mantê-los na escola e fazê-los avançar nos anos de escolaridade, do que para os jovens da mesma condição socioeconômica do Sudeste.¹⁹

Apesar desses desníveis, prevalece o argumento geral que para os demais níveis de renda, o padrão observado é muito semelhante nas duas regiões citadas. De certa forma, o mes-

mo argumento aplica-se aos diferenciais por cor. Tanto na Região Sudeste quanto na Nordeste a escolaridade média dos jovens negros ou pardos é inferior à escolaridade média dos jovens brancos (Figura 1.5 e Figura 1.6).

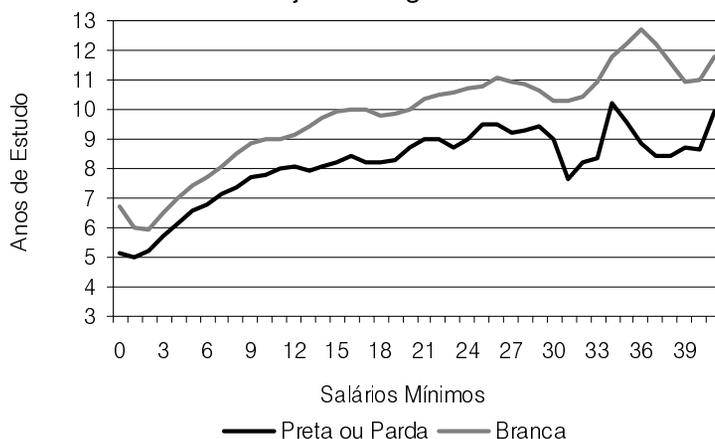
As Figuras 1.5 e 1.6 mostram que 80% dos jovens fazem parte do grupo de renda familiar entre 0 e 15 salários mínimos (PNAD/97). Considerando-se a ampla parcela de jovens neste intervalo de renda familiar, constata-se que a distância entre brancos, de um lado, e negros e pardos, de outro, em termos de anos médios de escolaridade era menor no Nordeste do que no Sudeste. Mostram, ainda, que a distância em anos de escolaridade entre brancos e negros e pardos tende a aumentar à medida que também aumenta a renda familiar, apesar de os dados apresentarem algum grau de imprecisão nos níveis mais elevados de renda familiar em razão de oscilações provocadas pelo tamanho da amostra.

Figura 1.5 – Escolaridade média dos jovens segundo a renda familiar. Nordeste, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

Figura 1.6 – Escolaridade média dos jovens segundo a renda familiar. Sudeste, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

¹⁹ Os jovens de 18 a 24 anos em 1997 deveriam – caso o sistema escolar apresentasse uma relação idade/série adequada – ter iniciado o ensino fundamental entre 1980 e 1986. Embora o grau de urbanização seja hoje muito mais elevado do que nesse período, é provável que grande parte dos jovens com reduzida renda familiar residisse em áreas rurais nessa época.

Em suma, desigualdades educacionais segundo as variáveis renda familiar e cor não podem ser compreendidas somente com base no fator regional. Os resultados indicam que diferenciais educacionais entre brancos, negros e pardos são menores no Nordeste do que no Sudeste. Indaga-se, assim, em que medida desigualdades educacionais segundo a cor e a renda familiar (constatadas nos subtítulos anteriores) podem ser melhor compreendidas inter-relacionando-as com a variável escolaridade dos pais.

Escolaridade dos jovens, dos pais e renda familiar – A possibilidade de uma pessoa progredir na educação formal tem sido considerada dependente do nível de escolaridade dos pais. Alguns estudos sobre o ensino fundamental chegam mesmo a considerar esta variável – especialmente a escolaridade da mãe – como mais importante que a própria renda da família (Barros, Mendonça, 1992; SEADE, 1998). Para discutir esse aspecto, a Tabela 1.9 mostra o nível alcançado pelos jovens no sistema educacional em relação ao nível de escolaridade de seus pais.

De acordo com os dados disponíveis na PNAD de 1997,²⁰ enquanto um jovem filho de pai ou mãe com até três anos de escolaridade tinha em torno de 11% de probabilidade de completar o ensino médio (onze anos de estudo e

mais), esta probabilidade era superior a 60% para os filhos de pais e mães que tinham concluído o ensino médio.

De modo análogo, aproximadamente 29,0% dos jovens com baixa escolaridade (até três anos de estudo) eram filhos de pais também com baixa escolaridade. No grupo de pais com onze anos e mais de estudo, a proporção de filhos com menos de três anos de escolaridade era sempre inferior a 4%. Assim, embora seja constatado relativo avanço nos anos de escolaridade dos jovens de hoje comparativamente aos anos de estudos de gerações anteriores, os dados mostram que ainda persiste um mecanismo de reprodução de baixa escolaridade ao longo das gerações, cujos efeitos se desdobram numa perversa dinâmica de longo prazo.

As Figuras 1.7 e 1.8 apresentam dados, para o ano de 1997, de escolaridade média dos jovens segundo a renda familiar (em salários mínimos) e escolaridade média do pai e da mãe. As faixas de escolaridade são: 0 a 3 anos; 4 a 7 anos; 8 a 10 anos e 11 anos e mais.

Constata-se, em primeiro lugar, que a curva de escolaridade do jovem por renda familiar e escolaridade dos pais tem uma forma similar à da curva apresentada anteriormente (Figuras 1.5 e 1.6) quando não se considerou a variável renda

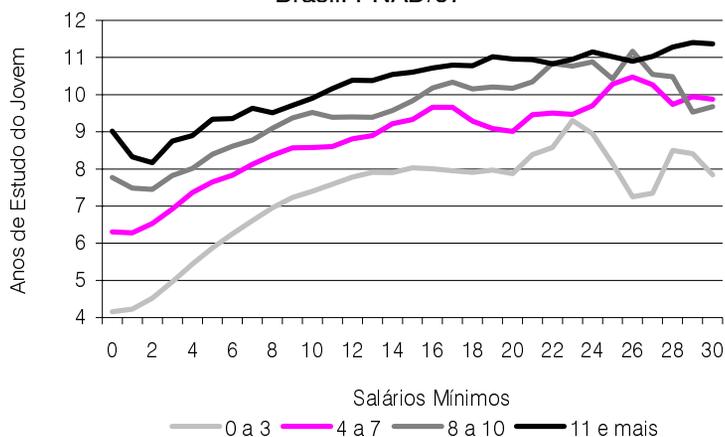
Tabela 1.9 – Escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos segundo a escolaridade dos pais. Brasil, 1997

Anos de estudo	Escolaridade dos Jovens				
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos e mais	Total
Escolaridade dos pais					
0 a 3 anos	29,06	39,96	19,69	11,29	100,00
4 a 7 anos	8,43	31,74	31,11	28,71	100,00
8 a 10 anos	5,61	21,66	34,40	38,33	100,00
11 anos e mais	3,71	10,90	23,68	61,70	100,00
Total	16,91	31,39	25,01	26,69	100,00
Escolaridade das mães					
0 a 3 anos	29,14	40,39	19,56	10,90	100,00
4 a 7 anos	8,24	33,36	30,81	27,59	100,00
8 a 10 anos	5,08	19,69	34,11	41,13	100,00
11 anos e mais	3,65	11,59	25,24	59,52	100,00
Total	16,72	32,06	25,18	26,04	100,00

Fonte: IBGE, PNAD/97.

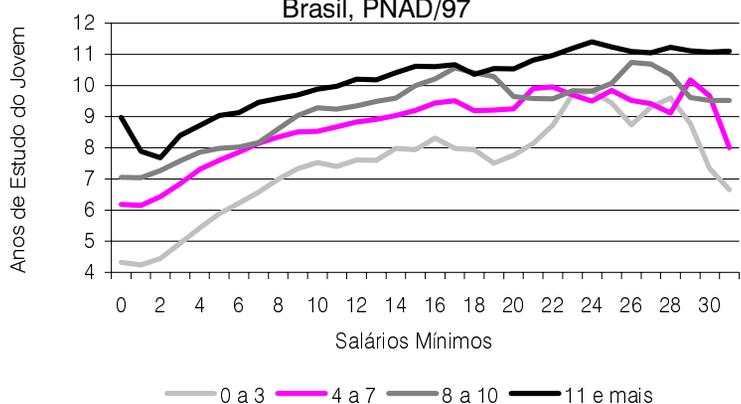
²⁰ Como a escolaridade dos pais não é uma variável incluída na coleta de dados da PNAD/97, considera-se o chefe de domicílio ou cônjuge do sexo masculino como "pai" e o chefe de domicílio ou cônjuge do sexo feminino como "mãe", o que significa englobar sob a mesma condição filhos, agregados, pensionistas, etc. Os casos em que os jovens já eram chefes de domicílio ou cônjuge foram desconsiderados. Vale lembrar que os jovens, chefes de domicílio, apresentam escolaridade média inferior aos demais. A propósito, ver Tabela 1.2.

Figura 1.7 – Escolaridade média dos jovens segundo a renda familiar e a escolaridade da mãe.
Brasil, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

Figura 1.8 – Escolaridade média dos jovens segundo a renda familiar e a escolaridade do pai.
Brasil, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

familiar. Em todas as faixas de escolaridade dos pais, a escolaridade do jovem cresce à medida que também aumenta a renda familiar.

Em segundo lugar, os dados indicam que, em todos os níveis de renda familiar considerados, a escolaridade dos pais tem efeito muito significativo sobre os anos de escolaridade dos filhos. Neste quadro, filhos de mães com mais de onze anos de estudo tinham, em média, quatro anos de estudo a mais do que os filhos de mães com baixa escolaridade (zero a três anos) independentemente da renda familiar.

Comparando as Figuras 1.7 e 1.8, constata-se que filhos de mães com mais de onze anos de escolaridade e renda familiar inferior a cinco salários mínimos tinham uma escolaridade média superior à dos filhos de mães com baixa escolaridade (zero a três anos) e renda familiar mais elevada (entre 15 e 20 salários mínimos).

Com efeito, para mães com mais de três anos de estudo, cada ano adicional de escolaridade parece implicar um acréscimo de meio ano na escolaridade média de seus filhos, inde-

pendentemente da renda familiar. No caso dos pais, o mesmo efeito também é constatado, porém com menor amplitude.

Em síntese, a Figura 1.7 e a 1.8 mostram que tanto a renda familiar quanto a escolaridade dos pais são fatores muito importantes na definição da escolaridade média dos jovens. Todavia, é preciso ficar atento às interpretações equivocadas. Se considerarmos que o grupo formado por jovens com escolaridade média igual ou superior a onze anos (ensino médio completo) constitui a "clientela" real ou potencial do ensino superior, poder-se-ia chegar à conclusão, com base em uma leitura equivocada dos dados apresentados, que apenas filhos de mães e pais com mais de onze anos de estudo e renda familiar acima de 20 salários mínimos teriam atingido o nível médio de escolaridade. O que se sabe não ser verdade.

Escolaridade dos jovens, escolaridade dos pais, renda familiar e cor – Os dados anteriormente analisados sugerem que as possibilidades de um jovem concluir o ensino médio – e, portanto,

Tabela 1.10 – Jovens de 18 a 24 anos segundo a renda familiar, a cor, a escolaridade da mãe e a escolaridade dos jovens. Brasil, 1997

Renda familiar (em salário mínimo)	Escolaridade dos jovens				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos e mais	
Raça preta ou parda - 0 a 3 anos de estudo da mãe					
0 a 2	45,57	39,72	11,81	2,90	100,00
2 a 5	36,16	40,86	16,38	6,61	100,00
5 a 10	20,62	42,69	25,25	11,44	100,00
10 a 15	10,83	39,23	30,06	19,87	100,00
15 a 20	15,97	29,02	29,27	25,74	100,00
a partir de 20	8,04	18,69	37,16	36,11	100,00
Raça preta ou parda - 4 a 7 anos de estudo da mãe					
0 a 2	20,12	47,81	24,08	8,00	100,00
2 a 5	14,48	43,57	29,58	12,38	100,00
5 a 10	7,67	37,51	29,82	25,00	100,00
10 a 15	5,13	26,51	36,01	32,35	100,00
15 a 20	7,58	25,87	35,95	30,60	100,00
a partir de 20	3,94	18,64	44,00	33,42	100,00
Raça preta ou parda - 8 a 10 anos de estudo da mãe					
0 a 2	14,76	37,21	37,33	10,70	100,00
2 a 5	11,97	34,55	35,41	18,06	100,00
5 a 10	7,11	24,85	37,37	30,68	100,00
10 a 15	3,04	19,81	35,49	41,66	100,00
15 a 20	0,00	14,95	50,76	34,30	100,00
a partir de 20	4,42	15,77	38,29	41,53	100,00
Raça preta ou parda - 11 e mais anos de estudo da mãe					
0 a 2	6,16	39,09	31,22	23,53	100,00
2 a 5	5,64	28,34	33,17	32,85	100,00
5 a 10	4,89	17,58	36,43	41,10	100,00
10 a 15	2,58	10,26	36,96	50,20	100,00
15 a 20	1,96	6,93	32,23	58,88	100,00
a partir de 20	2,15	8,28	26,49	63,08	100,00
Raça branca - 0 a 3 anos de estudo da mãe					
0 a 2	34,60	46,79	14,66	3,95	100,00
2 a 5	23,84	43,88	20,10	12,19	100,00
5 a 10	13,68	37,09	28,87	20,36	100,00
10 a 15	6,47	30,63	27,37	35,53	100,00
15 a 20	5,41	26,39	34,91	33,29	100,00
a partir de 20	5,50	22,87	27,55	44,08	100,00
Raça branca - 4 a 7 anos de estudo da mãe					
0 a 2	12,37	46,45	29,50	11,68	100,00
2 a 5	8,19	35,99	33,82	22,00	100,00
5 a 10	4,39	29,72	32,67	33,22	100,00
10 a 15	4,46	21,58	29,98	43,97	100,00
15 a 20	1,02	15,41	30,60	52,97	100,00
a partir de 20	0,65	17,55	28,95	52,85	100,00
Raça branca - 8 a 10 anos de estudo da mãe					
0 a 2	6,90	29,56	40,28	23,26	100,00
2 a 5	4,76	24,55	36,27	34,41	100,00
5 a 10	4,54	17,86	36,21	41,39	100,00
10 a 15	2,40	13,61	31,95	52,05	100,00
15 a 20	0,21	7,78	34,32	57,69	100,00
a partir de 20	0,92	3,39	27,48	68,21	100,00
Raça branca - 11 e mais anos de estudo da mãe					
0 a 2	7,25	20,05	33,94	38,76	100,00
2 a 5	2,07	17,36	40,04	40,54	100,00
5 a 10	3,34	11,65	29,85	55,16	100,00
10 a 15	2,10	5,60	28,65	63,64	100,00
15 a 20	1,76	5,94	26,50	65,80	100,00
a partir de 20	0,80	2,59	16,19	80,42	100,00

Fonte: IBGE, PNAD/97.

estar apto para ingressar no ensino superior – estão condicionadas por um complexo conjunto de fatores: escolaridade dos pais, renda familiar e cor.

Para investigar o efeito conjunto dessas três variáveis, a Tabela 1.10 mostra a distribuição dos jovens segundo a escolaridade da mãe, a renda familiar e a cor. Constata-se, nesta tabela, que num extremo da distribuição, apenas 2,9% dos jovens da cor preta ou da parda, filhos de mães com baixa escolaridade (zero e três anos de estudo) e com renda familiar de até dois salários mínimos tinham conseguido concluir o ensino médio. No outro extremo, 80,4% dos jovens brancos, filhos de mães com mais de onze anos de estudo e com renda familiar superior a 20 salários mínimos tinham completado o ensino médio em 1997.

Os dados da Tabela 1.10 mostram ainda que as variáveis renda familiar, cor e escolaridade materna associam-se a maiores níveis de escolaridade dos jovens pesquisados. De fato, quando as variáveis cor e escolaridade materna são mantidas constantes, verifica-se que quanto mais elevada a renda familiar, maior será a proporção de jovens com mais anos de escolaridade. Da mesma forma, mantidas constantes as variáveis renda familiar e escolaridade da mãe, constata-se que os jovens brancos têm mais anos de escolaridade que os jovens de cor preta ou parda. Finalmente, quando se mantêm constantes as variáveis renda familiar e cor, constata-se que os jovens filhos de mães mais escolarizadas são mais escolarizados.

Em suma, os dados indicam que as variáveis escolaridade dos pais, renda familiar e cor afetam a distribuição dos jovens nos grupos

de anos de escolaridade.²¹ De acordo com os dados anteriormente apresentados, a variável cor parece ter um peso menor do que as variáveis renda familiar e escolaridade materna no quadro de possibilidades de o jovem atingir níveis mais elevados de escolaridade.

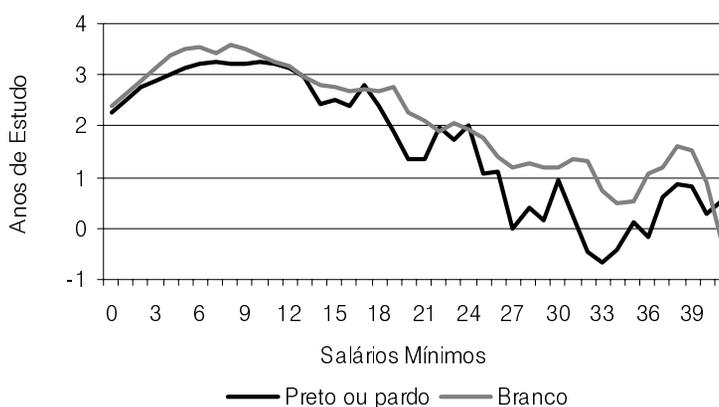
Diante da situação dos jovens em termos de anos de escolaridade, indaga-se: as desigualdades na escolaridade dos jovens estariam, ao longo do tempo, aumentando ou diminuindo? Procurando responder à questão, seguem-se dados relativos aos níveis de escolaridade dos jovens entre 18 e 24 anos e aos de seus pais.

Evolução da escolaridade entre gerações – Na comparação entre as gerações, a escolaridade média dos mais jovens tem evoluído de maneira significativa. Filhos têm, em média, mais anos de escolaridade que seus pais e, provavelmente, terão filhos ainda mais escolarizados. Sob esse aspecto, acompanhar o avanço escolar entre gerações é uma forma de buscar entender em que medida as desigualdades de escolaridade entre os jovens, apresentadas anteriormente, estariam aumentando ou diminuindo.

A Figura 1.9 mostra a diferença – em anos de estudo – entre a escolaridade das mães e a dos filhos. Analogamente, a Figura 1.10 expõe a diferença em anos de estudo entre pais e filhos.²²

Em primeiro lugar, constata-se que a diferença na escolaridade das mães e filhos é mais alta nos níveis de renda mais baixos do que nos mais altos. De certa forma, trata-se de um resultado esperado porque os pais dos jovens pobres tinham, em média, baixa escolaridade, o que faz com que o avanço entre as gerações

Figura 1.9 – Diferença média entre a escolaridade da mãe e dos filhos segundo a raça e a renda familiar. Brasil, PNAD/97

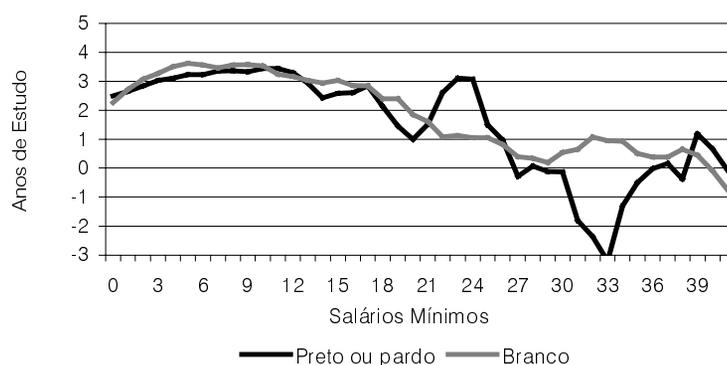


Fonte: IBGE, PNAD/97.

²¹ A questão regional não será analisada devido aos motivos já apresentadas anteriormente.

²² Os números apresentados nestes gráficos são obtidos a partir da média (para cada grupo de renda) do resultado da subtração dos anos de escolaridade do jovem pelos anos de escolaridade da mãe ou do pai.

Figura 1.10 – Diferença média entre a escolaridade do pai e dos filhos segundo a raça e a renda familiar. Brasil, PNAD/97



Fonte: IBGE, PNAD/97.

possa ocorrer de forma mais acentuada. Caso essa tendência seja mantida, os diferenciais de escolaridade, segundo a renda familiar, tenderiam, a longo prazo, a diminuir.

Em segundo lugar, registra-se que os jovens negros ou pardos (na comparação com seus pais) ganharam menos em anos de escolaridade do que os jovens brancos, principalmente no grupo de renda familiar mais elevada. Essa tendência é mais pronunciada na diferença de anos de estudo entre mães e filhos (Figura 1.9), o que significa que diferenciais educacionais entre os jovens brancos e os negros e pardos não estão diminuindo; ao contrário, podem estar aumentando ainda que ligeiramente.

Em suma, diferenciais de escolaridade entre pais e filhos segundo a cor e a renda familiar apontam para um cenário de menor desigualdade educacional por renda e idêntica ou maior desigualdade educacional por cor. Destaca-se, no entanto, que atualmente o diferencial mais acentuado refere-se à renda familiar. Cabe também lembrar que a questão da evolução educacional entre gerações não se restringe às estratégias das famílias, mas reflete políticas educacionais adotadas ao longo de períodos mais largos de tempo. Conforme mencionado antes, os dados educacionais relativos aos jovens de 18 a 24 anos, em 1997, podem estar refletindo problemas ocorridos na oferta de ensino fundamental nos anos 80.

3

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, foram apresentados e analisados vários indicadores socioeconômicos e educacionais de jovens de 18 a 24 anos no Brasil. Procurou-se enfatizar a grande heterogeneidade da juventude brasileira e as agudas desigualdades educacionais existentes. Buscou-se também mostrar que diferentes níveis de renda familiar, de escolaridade dos pais e cor dos jovens estão associados às desigualdades educacionais observadas. De modo geral, jovens brancos, com renda familiar superior a 20 salários mínimos e filhos de pais com maior escolaridade constituem o grupo com maior nível de escolaridade média.

Da perspectiva de um estudo sobre a questão da presença ou ausência de equidade no sistema de ensino superior brasileiro, os resultados apresentados têm implicações importantes.

Os jovens que completam o ensino médio – que estão, portanto, em condições de ingressar no nível superior – provêm, em geral, de famílias mais ricas do que a média da população, são mais freqüentemente brancos do que a média da população e são filhos de pais com mais escolaridade do que a média. Subsidiariamente, são mais freqüentemente do sexo feminino e residentes no Sudeste e Sul do Brasil.

Quando se toma como referência um corte mais restrito, considerando-se apenas os jovens de 18 a 24 anos que já concluíram o ensino

superior, os dados ainda são mais impressionantes. Segundo a PNAD/97, os poucos jovens (1,3% do total) que já tinham concluído o nível superior na faixa etária entre 18 e 24 anos, ou seja, que apresentavam quinze anos de estudo e mais eram quase todos brancos (86,6%), provinham de famílias com renda elevada (renda familiar média de 3.400 reais em 1997) e tinham pais com mais anos de escolaridade (10,6 anos de escolaridade média do pai). Esses jovens residiam predominantemente no Sudeste do País (59,5%) e eram, em grande parte, residentes em regiões metropolita-

nas (48,3%). Esses resultados levam a afirmar que a cada nível mais elevado de escolaridade, o sistema educacional torna-se mais seletivo.

Ressalta-se, todavia, que mesmo no interior do grupo que concluiu o ensino superior, existem diferenças socioeconômicas significativas distinguindo jovens que estudaram em cursos diurnos ou noturnos, instituições públicas ou privadas, cursos de Engenharia, Medicina ou Letras, entre outros aspectos. A Parte II trata dessas questões com base nos dados do Exame Nacional de Cursos (Provão) de 1999.

PARTE II 1

A eqüidade no sistema de ensino superior brasileiro

Características dos formandos de 1999

Os registros do Exame Nacional de Cursos (Provão) do ano de 1999 abrangem cerca de 146 mil formandos, distribuídos em 13 diferentes áreas de graduação. Administração, Direito e Letras são os cursos com maior número de alunos participando do Provão; em conjunto, totalizam 90 mil formandos ou 62,2% do universo dos que realizaram o Exame em 1999 (Tabela 2.1).

No que concerne à distribuição geográfica, os formandos participantes do Provão em

Tabela 2.1 – Formandos por curso e região geográfica. Brasil, 1999

Curso*	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Administração	928	3.062	24.423	6.502	2.749	37.664
Direito	1.337	4.037	23.293	5.695	3.286	37.648
Engenharia Civil	195	1.007	3.375	940	374	5.891
Engenharia Química	45	120	977	312	0	1.454
Medicina Veterinária	37	287	1.100	460	222	2.106
Odontologia	108	827	4.865	1.229	318	7.347
Matemática	544	1.246	5.151	1.708	623	9.272
Jornalismo	76	615	3.143	747	244	4.825
Letras	505	2.650	8.118	2.357	1.392	15.022
Engenharia Elétrica	122	329	2.996	575	171	4.193
Engenharia Mecânica	75	301	2.567	625	1	3.569
Medicina	332	1.217	4.342	1.263	250	7.404
Economia	377	1.491	4.659	1.846	863	9.236
Total	4.681	17.189	89.009	24.259	10.493	145.631

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

* A ordem desta coluna obedece à relação das áreas de graduação, cujos formandos foram submetidos ao Provão no período 1996-1999.

1999 são, em sua maioria, das Regiões Sudeste e Sul; da primeira dessas regiões participaram 89 mil formandos (61,0% do total) e do Sul, totalizaram 24 mil alunos (16,4% do total) (Tabela 2.1). A elevada participação de formandos provenientes das duas regiões geográficas no Provão é coerente com seus indicadores mais elevados de escolaridade de jovens entre 18 e 24 anos em comparação aos jovens das demais regiões do País.

Considerando-se o conjunto de cursos avaliados no Provão, constata-se também que eles se distribuem de forma pouco equilibrada nas diferentes regiões geográficas: enquanto no Sudeste os formandos na área das engenharias (Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica) chegam a quase 10 mil alunos (11,1% do total do Sudeste), na Região Centro-Oeste somam apenas 546 (5,2% do total regional).

Destes dados gerais do Exame Nacional de Cursos, realizado em 1999, também ressalta a forte presença do setor privado no sistema nacional de ensino superior. Do total de concluintes de cursos que realizaram o Provão, apenas 32,7% eram oriundos de estabelecimentos públicos (universidades ou estabelecimentos não-universitários)²³ (Tabela 2.2).

A participação do setor privado no conjunto dos cursos de ensino superior avaliados pelo Provão apresenta, no entanto, destacadas variações regionais. Na Região Nordeste, 60,1% dos estudantes estavam concluindo seu curso em estabelecimentos públicos; na Região Sudeste, eles representavam apenas 21,9% do total de formandos.

Outro aspecto a considerar refere-se à baixa presença de formandos que haviam frequentado seu curso exclusivamente no turno diurno. Eles correspondem a apenas 20,6% num total de quase 30 mil formandos²⁴ (Tabela 2.3). Considerando-se que o percentual de ingressantes no turno noturno corresponde a 52,6% do total de ingressantes no ensino superior,²⁵ os dados de turno fornecidos pelos formandos – em que 79,4% afirmam ter cursado em algum momento o turno noturno – aponta para o uso de diferentes estratégias pelos estudantes, levando-os à composição de classes diurnas e noturnas ao longo do curso. É provável que nesses arranjos, o trabalho (em tempo integral ou parcial), ocupações remuneradas temporárias e estágios dos estudantes venham desempenhar um papel importante.²⁶

Constata-se também que os formandos que declararam ter estudado exclusivamente

Tabela 2.2 – Formandos por dependência administrativa, natureza institucional do estabelecimento e região geográfica. Brasil, 1999

Dependência e natureza do estabelecimento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Valor absoluto
Universidade pública	58,2	53,5	16,4	40,0	27,9	26,9	38.989
Estabelecimento não-universitário público	3,7	6,6	5,5	6,8	6,5	5,9	8.498
Universidade privada	14,9	22,2	41,2	37,6	28,1	36,6	53.129
Estabelecimento não-universitário privado	23,3	17,7	36,9	15,6	37,4	30,7	44.589
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	145.205

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Nota: O total de alunos apresentado na Tabela 2.2 é ligeiramente diferente do total de estudantes apresentado na Tabela 2.1 e na 2.3. Esta diferença decorre da existência, na base de dados do Provão, de 426 registros sem informação sobre a dependência administrativa e/ou natureza institucional do estabelecimento e/ou turno do curso.

²³ Considera-se "estabelecimento não-universitário" as instituições de ensino superior que não se definem como universidades. Os estabelecimentos não-universitários podem ser públicos (federal, estadual e municipal) ou privados no que diz respeito à dependência administrativa. Quanto à natureza institucional, os estabelecimentos não-universitários englobam centros universitários, faculdades integradas, faculdades e escolas isoladas.

²⁴ Não constam do banco de dados do Exame Nacional de Cursos informações sobre o turno predominante em que o aluno fez a graduação.

²⁵ No setor público de ensino superior, os ingressantes no turno noturno correspondiam, em 1997, a 40,9% (84.156) do total de ingressantes (205.725). No setor privado, eles representavam 56,8% (324.122) do total de ingressantes (570.306). (Fonte: Banco de dados do censo educacional. MEC/INEP/SEEC, 1997).

²⁶ Apesar de os dados serem insuficientes para esta constatação, os resultados parciais parecem indicar desdobramentos no processo ensino-aprendizado que merecem ser investigados.

Tabela 2.3 – Formandos por dependência administrativa, natureza institucional do estabelecimento, turno e região geográfica. Brasil, 1999

Dependência administrativa/ Natureza institucional do estabelecimento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Casos
Universidade pública	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	38.989
Freqüência exclusiva a cursos diurnos	37,6	44,5	49,9	35,8	39,0	43,4	16.939
Alguma freqüência a cursos noturnos	62,4	55,5	50,1	64,2	61,0	56,6	22.050
Estabelecimento não-universitário público	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	8.498
Freqüência exclusiva a cursos diurnos	51,7	6,4	26,3	16,2	0,1	20,1	1.708
Alguma freqüência a cursos noturnos	48,3	93,6	73,7	83,8	99,9	79,9	6.790
Universidade privada	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	53.129
Freqüência exclusiva a cursos diurnos	41,4	8,7	10,7	19,8	10,1	12,5	6.642
Alguma freqüência a cursos noturnos	58,6	91,3	89,3	80,2	89,9	87,5	46.487
Estabelecimento não-universitário privado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	44.589
Freqüência exclusiva a cursos diurnos	8,6	16,3	11,3	4,4	4,1	10,4	4.626
Alguma freqüência a cursos noturnos	91,4	83,7	88,7	95,6	95,9	89,6	39.963
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	145.205
Freqüência exclusiva a cursos diurnos	32,0	29,0	18,2	23,6	15,3	20,6	29.915
Alguma freqüência a cursos noturnos	68,0	71,0	81,8	76,4	84,7	79,4	115.290

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

no turno diurno são mais numerosos nas universidades públicas do que nos demais estabelecimentos de ensino, escolas isoladas públicas, inclusive. Analogamente, a proporção de formandos que tinham estudado exclusivamente no turno diurno – 29,0% – é maior na Região Nordeste do que na Sudeste, onde apenas 18,2% dos formandos apresentavam esta situação²⁷ (Tabela 2.3).

Em suma, as condições de oferta do ensino superior no Brasil, em termos de estabelecimentos públicos e privados, cursos e turnos, são muito diferenciadas segundo as regiões geográficas. Para melhor caracterizar essas diferenças, apresenta-se, na seção seguinte, o perfil dos formandos que realizaram o Provão em 1999, segundo as variáveis sexo, idade, estado civil, cor, condição de trabalho e renda familiar.

Sexo, idade e estado civil dos formandos – Destaca-se, de início, que a participação de formandos mais jovens, do sexo masculino e solteiros, é maior nas universidades públicas do que nos demais estabelecimentos. Enquanto 57,0% dos

formandos de universidades públicas tinham entre 18 a 24 anos, nas faculdades ou escolas privadas a proporção de formandos nesta faixa etária era de 47,7% (Tabela 2.4). Já a comparação entre a proporção de formandos nesta faixa etária nas universidades públicas e privadas não revela diferenças significativas. Nestas últimas, o percentual está em torno de 55,0%, bem próximo ao encontrado nas universidades públicas.

Constata-se também nesta mesma tabela que a proporção de solteiros varia entre o mínimo de 54,0% nas faculdades ou escolas privadas e o máximo de 76,6% nas universidades públicas. Os dados mostram ainda que a participação de formandas é ligeiramente mais elevada que a de homens; as mulheres correspondiam a 51,7% do total de concluintes de cursos que realizaram o Provão em 1999.

Considerando-se, porém, o total de formandos na diversidade dos estabelecimentos de ensino superior em termos de dependência administrativa (público e privado) e natureza

²⁷ No caso das universidades públicas, o ensino noturno é mais comum no Nordeste do que no Sudeste. Embora nesta região, o ensino noturno seja mais comum, o fato decorre do maior número de alunos provenientes do setor privado que, mais intensamente que o setor público, oferece ensino noturno.

Tabela 2.4 – Formandos por sexo, idade, estado civil, dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento. Brasil, 1999

Sexo, idade e estado civil	Universidade pública	Estabelecimento não-universitário público	Universidade privada	Estabelecimento não-universitário privado	Total
Masculino, 18 a 24 anos, solteiro	27,0	19,5	20,4	17,2	21,1
Feminino, 18 a 24 anos, solteiro	24,6	29,2	28,7	24,6	26,4
Masculino, 18 a 24 anos, casado (*)	2,2	1,9	1,8	1,9	1,9
Feminino, 18 a 24 anos, casado (*)	3,2	5,0	3,1	4,0	3,5
Masculino, 24 anos e mais, solteiro	15,1	12,3	13,6	12,4	13,6
Feminino, 24 anos e mais, solteiro	9,9	10,5	11,1	12,5	11,2
Masculino, 24 anos e mais, casado (*)	10,2	9,2	11,2	14,2	11,7
Feminino, 24 anos e mais, casado (*)	7,8	12,2	10,2	13,2	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

(*) Casado, separado ou viúvo.

institucional (universidades e estabelecimentos não-universitários), verifica-se que a presença feminina oscila entre um máximo de 56,9% nas faculdades ou escolas públicas e um mínimo de 45,5% nas universidades públicas.

A questão do gênero no ensino superior conduz a outras considerações. Constatase também que as mulheres são majoritárias na faixa etária de 18 e 24 anos, sendo menos numerosas entre os formandos com mais de 25 anos. Trata-se de um resultado esperado, coerente com os dados apresentados na Parte I, os quais mostram a maior escolaridade média das mulheres jovens quando comparada à dos homens jovens.

Os formandos homens são majoritários nas universidades públicas, segmento do ensino superior considerado de melhor desempenho acadêmico. Dos 39 mil formandos oriundos de universidades públicas, 21 mil eram homens (54,5%). O mesmo fenômeno pode ser observado nos cursos mais concorridos, como nos de Engenharia, Medicina e Direito, por exemplo. Por outro lado, no setor privado, em alguns desses mesmos cursos, constata-se uma distribuição mais equilibrada dos formandos por sexo (Tabela 2.5). Entre os formandos de Medicina, por exemplo, as mulheres representam 49,7% e 48,6%, respectivamente nas universidades privadas e nos estabeleci-

mentos não-universitários privados. Nos cursos de Direito, as mulheres já representam mais da metade dos formandos das instituições privadas (universidades e estabelecimentos não-universitários).

Esses resultados parecem apontar para dois aspectos de algum modo complementares. O primeiro é a existência de alguma forma de discriminação nas universidades públicas no acesso da mulher a algumas carreiras mais competitivas, voltadas para a formação de profissões tradicionais (Schwartzman, 1990), como Medicina, Engenharia e Direito. O segundo aspecto é que essa discriminação parece ser compensada pelas instituições de ensino superior particulares; nestas escolas, parece haver algumas brechas que estariam concorrendo para um maior equilíbrio, nessas mesmas carreiras, entre o número de formandos homens e mulheres. As razões dessa distribuição singular não podem ser estabelecidas com os dados disponíveis.

A significativa presença de formandas que se verifica em algumas carreiras sugere a ocorrência, em conformidade também com estudos anteriores de Schwartzman (1988, 1990), de uma espécie de "feminização" da clientela de instituições, públicas e privadas, universidades e não-universitárias, sobretudo em cursos como Letras, Jornalismo, Odontologia e Medicina Veterinária.

Tabela 2.5 – Formandos por sexo, curso, dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento. Brasil, 1999

Curso	Universidade pública			Estabelecimento não-universitário público			Universidade privada			Estabelecimento não-universitário privado		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Administração	54,8	45,2	100,0	46,6	53,4	100,0	52,3	47,7	100,0	51,6	48,4	100,0
Direito	55,9	44,1	100,0	45,1	54,9	100,0	46,3	53,7	100,0	48,1	51,9	100,0
Engenharia Civil	76,6	23,4	100,0	74,2	25,8	100,0	73,1	26,9	100,0	74,2	25,8	100,0
Engenharia Química	61,5	38,5	100,0	67,4	32,6	100,0	53,8	46,2	100,0	42,9	57,1	100,0
Medicina Veterinária	51,7	48,3	100,0	32,4	67,6	100,0	50,4	49,6	100,0	35,5	64,5	100,0
Odontologia	40,5	59,5	100,0	43,1	56,9	100,0	35,1	64,9	100,0	39,7	60,3	100,0
Matemática	47,4	52,6	100,0	37,7	62,3	100,0	32,9	67,1	100,0	37,4	62,6	100,0
Jornalismo	38,7	61,3	100,0	-	-	100,0	31,8	68,2	100,0	29,3	70,7	100,0
Letras	19,1	80,9	100,0	11,1	88,9	100,0	10,7	89,3	100,0	12,6	87,4	100,0
Engenharia Elétrica	89,0	11,0	100,0	88,8	11,2	100,0	89,3	10,7	100,0	91,2	8,8	100,0
Engenharia Mecânica	96,1	3,9	100,0	92,8	7,2	100,0	96,2	3,8	100,0	93,8	6,2	100,0
Medicina	58,1	41,9	100,0	54,8	45,2	100,0	50,3	49,7	100,0	51,4	48,6	100,0
Economia	55,7	44,3	100,0	47,1	52,9	100,0	58,2	41,8	100,0	53,5	46,5	100,0
Total	54,5	45,5	100,0	43,1	56,9	100,0	47,3	52,7	100,0	45,8	54,2	100,0

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

No caso dos estabelecimentos não-universitários privados, além de seus formandos serem majoritariamente do sexo feminino e terem, em sua grande maioria, estudado exclusivamente no turno noturno (conforme mostrado anteriormente), eles também tendem a concluir seus cursos mais tardiamente do que aqueles matriculados em universidades públicas e privadas.

Em síntese, os dados dos formandos por sexo, idade e estado civil configuram um quadro muito heterogêneo dos estudantes de ensino superior no Brasil. De certa forma, os formandos das universidades públicas, considerados em seu conjunto e não os separando por curso, ainda apresentam um perfil mais "clássico", que corresponde, em grande medida, à imagem tradicional do "estudante universitário". Eles são em sua maioria homens, mais jovens e solteiros. Perfil oposto apresentam os formandos das faculdades e escolas privadas: grande proporção de mulheres, de indivíduos com mais de 25 anos e de pessoas casadas.²⁸

A cor dos formandos do ensino superior – Embora mais de 40% da juventude brasileira entre 18 e 24 anos sejam constituídos por negros ou pardos, bem poucos chegam ao ensino superior. Na Parte I constatou-se que a proporção de jovens negros e pardos que ultrapassaram a barreira dos onze anos de estudo, estando, portanto, em condição de ingressar no ensino superior, era muito menor que a proporção de brancos nesta condição. O resultado mantém-se mesmo quando são introduzidas as variáveis renda familiar e escolaridade dos pais.

Dos formandos que realizaram o Provão em 1999, apenas 15,3% declararam ser negros ou pardos; 80,8% declararam ser brancos (Tabela 2.6).

A distribuição dos formandos que realizaram o Provão em 1999 segundo a raça²⁹ é variável, considerando-se a faixa etária e a instituição de ensino superior (pública e privada, universidades e estabelecimentos não-universitários) na qual concluíram o curso.

Tabela 2.6 – Formandos por dependência administrativa, natureza institucional do estabelecimento cursado, raça e idade. Brasil, 1999

Dependência administrativa, natureza institucional do estabelecimento e idade	Branca	Negra	Parda/mulata	Amarela	Indígena	Total
Universidade pública	75,5	2,7	17,4	3,9	0,6	100,0
18 a 24 anos	79,1	1,5	14,5	4,4	0,5	100,0
25 anos e mais	70,6	4,1	21,3	3,2	0,8	100,0
Estabelecimento não-universitário público	81,1	1,8	13,3	3,4	0,4	100,0
18 a 24 anos	84,0	1,3	10,7	3,7	0,3	100,0
25 anos e mais	77,4	2,4	16,7	3,0	0,5	100,0
Universidade privada	84,4	2,1	9,9	3,2	0,4	100,0
18 a 24 anos	87,5	1,3	7,5	3,5	0,3	100,0
25 anos e mais	80,8	3,0	12,7	3,0	0,5	100,0
Estabelecimento não-universitário privado	81,1	2,2	13,2	3,2	0,3	100,0
18 a 24 anos	84,4	1,4	10,3	3,6	0,3	100,0
25 anos e mais	78,1	2,9	15,8	2,8	0,4	100,0
Total	80,8	2,2	13,1	3,4	0,4	100,0
18 a 24 anos	84,0	1,4	10,5	3,8	0,3	100,0
25 anos e mais	77,2	3,2	16,1	3,0	0,5	100,0

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

²⁸ Para Simon Schwartzman (1988, 1990), um dos principais fatores da expansão do setor privado de ensino superior nos anos 70 foi o aumento da demanda por esse nível de ensino, o qual passa a incorporar mulheres, pessoas mais velhas e casadas, inclusive. Trinta anos após o início da expansão do sistema de ensino superior, constata-se que esse segmento do setor privado constituído pelas escolas e faculdades privadas ainda continua atendendo a uma clientela com características muito semelhantes às dos demandantes de ensino superior dos anos 60 e 70.

²⁹ Refere-se à raça e não à cor porque os dados se referem não só aos brancos, negros e pardos, mas também às pessoas das raças amarela e indígena.

Por um lado, a proporção de formandos negros ou pardos era maior entre os formandos com 25 anos ou mais (19,3%) do que entre os que estavam na faixa etária de 18 a 24 anos (11,9%). A constatação – coerente com a análise dos dados de escolaridade dos jovens apresentada na Parte I – remete à existência de maior atraso escolar na trajetória de escolaridade dos jovens negros e pardos comparativamente à dos jovens brancos, questão também já discutida na parte anterior.

Por outro lado, constata-se que são as universidades públicas que mais formam estudantes negros ou pardos (20,1%). Já nas universidades privadas, o percentual de formandos negros e pardos é da ordem de 12 por cento (Tabela 2.6).

Ao se discutir maior ou menor equidade no acesso ao ensino superior, dados sobre a presença de negros e pardos neste nível de ensino são fundamentais. Uma das questões que se apresenta é até que ponto esses resultados estariam realmente refletindo a existência de uma menor discriminação racial nas universidades públicas ou, ao contrário, seriam apenas reflexo da formação da população em termos raciais nas diferentes regiões geográficas? Para aprofundar esta discussão, seguem-se dados das proporções de brancos por faixa etária, estabelecimento de ensino superior e região geográfica (Figuras 2.1 e 2.2).

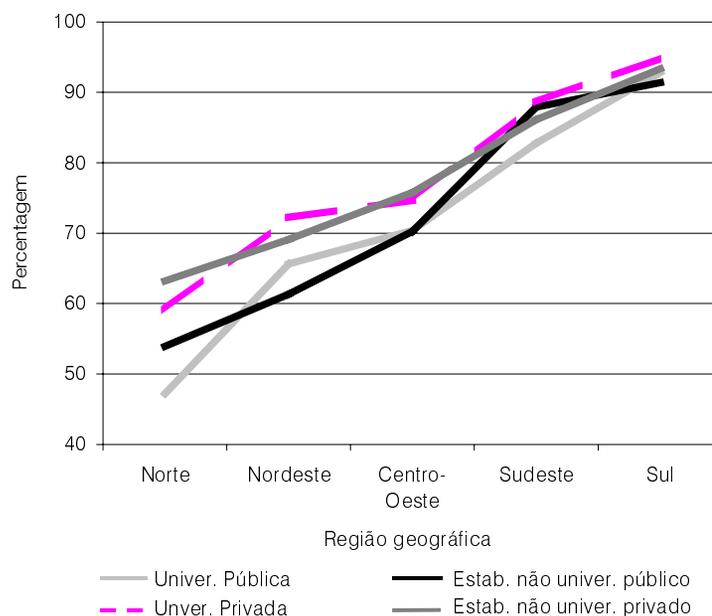
De acordo com as Figuras 2.1 e 2.2, em todas as regiões geográficas, as universidades públicas apresentam uma menor proporção

de formandos brancos do que as universidades privadas e os estabelecimentos não-universitários. O fenômeno se verifica tanto entre os jovens de 18 a 24 anos, quanto entre os formandos com 25 anos ou mais, lembrando que neste caso a proporção de brancos é menor que a de negros e pardos.

Em suma, as universidades públicas, apesar de apresentarem maiores proporções de estudantes em cursos exclusivamente diurnos, maiores proporções de estudantes do sexo masculino e mais jovens, são elas que também estão formando uma parcela maior de estudantes negros e pardos. Resta avaliar se o que está ocorrendo deriva do modo como se dá a distribuição de renda familiar entre os formandos ou caracteriza uma especificidade da instituição pública de ensino superior no sentido de ser mais permeável ao ingresso de estudantes negros e pardos.

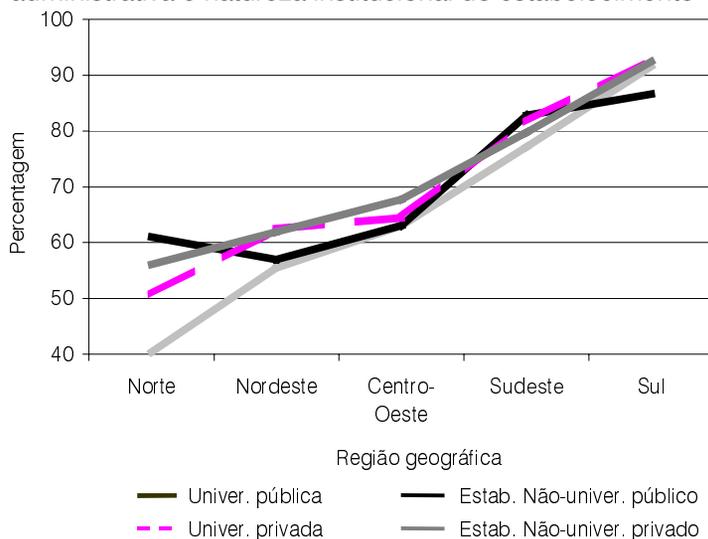
Formandos e jornada de trabalho quando ainda eram estudantes – Na literatura especializada, educação e trabalho em tempo parcial ou integral, sobretudo este último, são consideradas atividades inconciliáveis. Existe quase uma unanimidade por parte dos estudiosos da área em considerar que o trabalho para o estudante universitário é prejudicial em termos pedagógicos: limita o tempo de estudo extraclasse, aumenta o número de faltas e reduz a flexibilidade do estudante no sentido de compor horários e buscar estágios e outras formas complementares de aprendizado (Rabello, 1973). Esta percepção,

Figura 2.1 – Proporção de brancos entre as pessoas de 18 a 24 anos, por dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Figura 2.2 – Proporção de brancos entre as pessoas de 25 anos e mais, por dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

sem contestar suas possíveis razões em termos pedagógicos, parece derivar de uma certa tradição de estudos sociológicos sobre a juventude (Habermas, et al., 1968). Nos estudos clássicos sobre a juventude, a antinomia estudo e trabalho é pressuposta; ou seja, a condição de jovem trabalhador e a de jovem estudante são utilizadas para discriminar dois grupos distintos na categoria geral da juventude. Em outras palavras, estudo e trabalho dificilmente aparecem como termos possíveis de conciliação ao tratar dos jovens (Cardoso, Sampaio, 1994a).

Se boa parte da bibliografia sobre a educação e a juventude caminha nesta direção, a realidade, já há algum tempo, parece seguir outra. Longe de ser incomum, o trabalho remunerado, em tempo parcial ou integral, é parte integrante da realidade dos jovens, inclusive dos estudantes universitários (Cardoso, Sampaio, 1994a).

Dos formandos que realizaram o Provão em 1999, quase um terço trabalhou em período integral durante a maior parte do curso de Graduação; esta proporção é superior a 40,0% entre os formandos que freqüentaram curso noturno e não atinge 10,0% entre os formandos que estudaram exclusivamente no turno diurno³⁰ (Tabela 2.7).

Com exceção de um subconjunto formado por filhos de famílias com renda mais elevada e que estudaram exclusivamente no turno diurno, a grande maioria dos formandos trabalhou durante o curso de Graduação. Mas deve ser notado que mesmo dentre os que não trabalharam quarenta horas semanais, boa parte (47,0% nas universidades públicas e 40,0% nas universidades

privadas) teve algum contato com o mundo do trabalho, mesmo fazendo parte do grupo de renda mais elevada.

Constata-se ainda na Tabela 2.7 que são os estabelecimentos não-universitários privados que têm as maiores proporções de estudantes que trabalharam mais de vinte horas durante seus cursos de graduação. O dado parece ser coerente com os dados de maior idade média, estado civil (boa parte já casados) dos que estavam se formando nesses estabelecimentos.

De alguma forma previsível, os dados mostram que o trabalho em período integral é mais freqüente entre os formandos de renda familiar mais baixa (0 a 10 salários mínimos) e os oriundos de instituições privadas (universidades e estabelecimentos não-universitários) (Tabela 2.7). De todos os formandos que realizaram o Provão em 1999, foi entre os oriundos das universidades públicas que se encontra a menor proporção de estudantes que trabalharam em horário integral, independentemente de renda familiar e do turno do curso que freqüentaram.

Isto não implica afirmar que a universidade pública sempre abriga maior proporção de estudantes que não trabalham. Por exemplo, no caso dos estudantes do ensino diurno e com renda familiar entre 0 a 10 salários mínimos, a proporção de pessoas que não trabalharam era menor na universidade pública (41,2%) do que na universidade privada (44,3%).

Caberia examinar, todavia, diferenças da natureza do trabalho que os estudantes realizam. De um lado, um aluno pode exercer atividade

³⁰ A variável utilizada foi a carga horária remunerada (sem incluir estágio) que o estudante cumpriu na maior parte do curso.

Tabela 2.7 – Distribuição dos formandos segundo o turno, a dependência administrativa e a natureza institucional do estabelecimento, a renda familiar e a jornada de trabalho. Brasil, 1999

Grupos de renda familiar, turno e jornada de trabalho	Universidade pública	Estabelecimento não-universitário público	Universidade privada	Estabelecimento não-universitário privado	Total
Até 10 salários mínimos					
Cursos diurnos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Não trabalhou	41,24	44,93	44,27	43,15	42,10
Trabalhou eventualmente	21,49	17,53	15,32	18,12	19,96
Até 20 horas	15,52	15,89	10,08	6,57	13,68
21 a 39 horas	13,09	9,59	13,95	15,18	13,30
40 horas e mais	8,66	12,05	16,37	16,99	10,96
Frequência ao noturno	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Não trabalhou	21,74	21,11	19,17	16,49	18,95
Trabalhou eventualmente	13,75	11,12	11,12	10,03	11,31
Até 20 horas	10,78	9,17	5,76	6,78	7,57
21 a 39 horas	18,43	17,07	16,66	17,27	17,31
40 horas e mais	35,29	41,53	47,29	49,43	44,86
Mais de 10 a 20 salários mínimos					
Cursos diurnos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Não trabalhou	53,48	56,41	60,18	48,21	54,23
Trabalhou eventualmente	18,78	13,68	14,27	14,47	16,88
Até 20 horas	12,43	7,48	6,74	6,28	10,01
21 a 39 horas	9,60	10,47	10,38	9,07	9,73
40 horas e mais	5,71	11,97	8,43	21,97	9,15
Frequência ao noturno	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Não trabalhou	26,21	17,45	22,28	15,13	20,17
Trabalhou eventualmente	11,33	9,83	8,78	7,28	8,76
Até 20 horas	9,19	7,04	4,82	4,78	5,71
21 a 39 horas	17,84	14,89	16,13	17,65	16,92
40 horas e mais	35,43	50,79	47,99	55,16	48,44
Mais de 20 salários mínimos					
Cursos diurnos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Não trabalhou	63,74	68,82	71,56	59,24	65,42
Trabalhou eventualmente	17,17	10,30	12,42	15,88	15,19
Até 20 horas	9,39	5,91	5,46	6,26	7,51
21 a 39 horas	7,01	6,04	6,21	7,37	6,79
40 horas e mais	2,68	8,93	4,35	11,25	5,09
Frequência ao noturno	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Não trabalhou	37,24	23,20	31,77	21,79	29,23
Trabalhou eventualmente	11,47	8,25	9,80	8,22	9,52
Até 20 horas	9,57	4,78	5,71	5,18	6,15
21 a 39 horas	15,50	16,07	14,72	17,15	15,67
40 horas e mais	26,21	47,70	38,00	47,65	39,44

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

remunerada há algum tempo e financiar seus próprios estudos em uma área não diretamente relacionada com a do seu trabalho. Neste caso, já trabalhando, o estudante estaria no ensino superior com o objetivo de melhorar ou redefinir sua inserção no mercado de trabalho. De outro lado, o aluno pode ter sua primeira experiência no mercado de trabalho, após o ingresso na universidade, desenvolvendo atividades de trabalho relacionadas com seu curso de graduação. Neste último caso, a atividade de trabalho representa o passo inicial na carreira profissional. Sem dúvida, existe uma diferença muito grande entre um(a) estudante empregado(a) como secretário(a) ou vendedor(a) que mantém suas atividades profissionais enquanto cursa uma faculdade de Direito e um(a) jovem que trabalha e entra para um escritório de advocacia, após seu ingresso no curso. Os dados disponíveis, contudo, não permitem aprofundar a análise.

Os formandos e a renda familiar – Na distribuição dos formandos do ensino superior por grupos de renda familiar e dependência administrativa do estabelecimento, constata-se que as instituições públicas estão sobre-representadas nos grupos de renda mais baixa. Enquanto no total de formandos que realizaram o Provão em 1999 32,4% são oriundos de universidades ou faculdades públicas, no grupo de formandos com renda de 0 a 3 salários mínimos, a proporção de originários de instituições públicas é de 49,7%.

Analogamente, os formandos oriundos dos estabelecimentos privados estão representados nos grupos de formandos de renda familiar mais elevada. Enquanto no total de formandos 67,6% provêm de universidades ou faculdades privadas, no grupo de formandos de renda de 50 salários mínimos e mais, os originários de instituições privadas são de 75,7% (Tabela 2.8).

Os dados são, sem dúvida, pertinentes considerando-se a visão generalizada, disseminada pela mídia, pelos donos de estabelecimentos privados de ensino e até mesmo por alguns especialistas da área, segundo a qual os estudantes das instituições de ensino superior particulares são, em geral, oriundos de famílias mais pobres do que os seus colegas das instituições públicas. Essa "caricatura" já havia sido questionada em outros estudos (Cardoso, Sampaio, 1994b; Sampaio, 2000), mas sem uma base ampla de dados que permitisse a generalização dos resultados para o conjunto dos estudantes do sistema de ensino superior no País. Apesar de os dados do Provão restringirem-se aos formandos de apenas alguns cursos superiores, estes são muito variados, abrangendo diferentes áreas do conhecimento; alguns desses cursos apresentam, no sistema de ensino superior, o maior número de alunos matriculados e de formandos ano a ano.

Os resultados, sem dúvida, ensejam novas questões na discussão da maior ou menor

Tabela 2.8 – Formandos por renda familiar, idade, dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento. Brasil, 1999

Dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento e faixa etária	Salários mínimos*					Total
	0 a 453,00	454,00 a 1.151,00	1.152,00 a 3.020,00	3.021,00 a 7.550,00	7.551,00 e mais	
Pessoas de 18 a 24 anos	42,4	45,5	50,1	59,1	70,4	52,9
Universidade pública	15,7	13,7	14,5	16,7	16,6	15,1
Estabelecimento não-universitário público	6,2	4,2	3,1	2,6	1,7	3,3
Universidade privada	8,0	13,3	18,5	25,2	33,4	19,9
Estabelecimento não-universitário privado	12,5	14,3	13,9	14,6	18,6	14,6
Pessoas de 25 anos e mais	57,6	54,5	49,9	40,9	29,6	47,1
Universidade pública	21,6	15,5	11,1	8,1	5,3	11,4
Estabelecimento não-universitário público	6,2	3,9	2,4	1,6	0,6	2,6
Universidade privada	14,0	16,9	18,4	16,9	14,5	16,9
Estabelecimento não-universitário privado	15,9	18,3	18,0	14,3	9,2	16,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

* Salário mínimo de R\$ 151,00, ou aproximadamente US\$ 80.

equidade no acesso ao ensino superior no Brasil. Se as universidades públicas são, em geral, consideradas "elitistas", ou seja, são mais restritivas no acesso e permanência de jovens oriundos de famílias pobres e/ou sem tradição em formação superior, como é que estas instituições podem estar sobre-representadas na proporção de estudantes pobres?

Uma das hipóteses para a configuração deste quadro parece residir na ausência de mecanismos – além do imediato que é a gratuidade do ensino superior público – que facilitassem o ingresso e a permanência do estudante pobre e muito pobre no ensino superior privado. Diante da inexistência de um sistema de bolsas de estudo mais abrangente, são as instituições de ensino superior públicas, apesar das significativas barreiras no ingresso, que ainda recebem estudantes de baixa e baixíssima renda familiar; esses estudantes, a despeito de suas condições socioeconômicas desfavoráveis, lograram ultrapassar essas barreiras em razão de uma multiplicidade de fatores combinados, entre eles, a formação educacional que obtiveram no ensino fundamental e médio.³¹

Os dados da Tabela 2.8 mostram também que a proporção de formandos com 25 anos de idade e mais é maior entre os formandos dos grupos de renda mais baixa independentemente do fato de a instituição que freqüentaram ser pública ou privada, universidade ou não. Esses resultados sugerem coerência com os dados de atraso escolar entre os jovens pertencentes aos grupos de menor renda analisados na parte anterior.

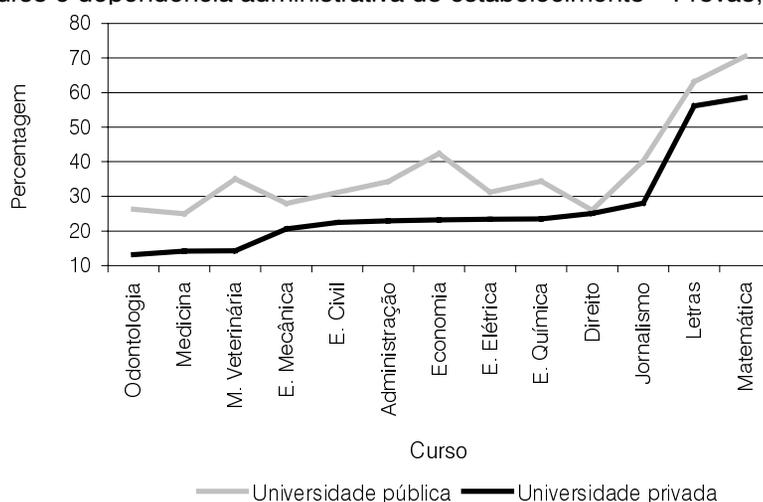
A discussão sobre a existência de uma sobre-representação dos formandos de origem mais pobre nas instituições públicas merece ser aprofundada. Indaga-se: será que os formandos mais pobres das instituições públicas não estariam concentrados em determinadas carreiras e/ou cursos que, no contexto destas instituições, se caracterizam por serem menos concorridas, tais como Letras, Matemática, entre outros? Para examinar a questão, segue-se o conjunto de Figuras 2.3 a 2.6.

Conforme as Figuras 2.3 e 2.4 dentre todos os cursos avaliados no Provão em 1999, as universidades públicas apresentam maior proporção de formandos com renda familiar inferior a 10 salários mínimos e, inversamente, menor proporção de concluintes de cursos com renda familiar superior a 20 salários mínimos comparativamente às universidades privadas.

Analogamente, constata-se nas Figuras 2.5 e 2.6 que os estabelecimentos não-universitários públicos apresentam, para quase todos os cursos, maiores proporções de estudantes pobres e menores proporções de estudantes ricos do que os estabelecimentos não-universitários privados. Trata-se de um resultado da maior importância.

Em primeiro lugar, mostra a existência de maior permeabilidade nos estabelecimentos públicos aos estudantes de origem mais pobre; em segundo lugar, mostra que essa permeabilidade não se restringe a determinados cursos ou carreiras, mas é geral a todos os cursos oferecidos pelo setor público. Essa constatação não implica negar que alguns cursos oferecidos

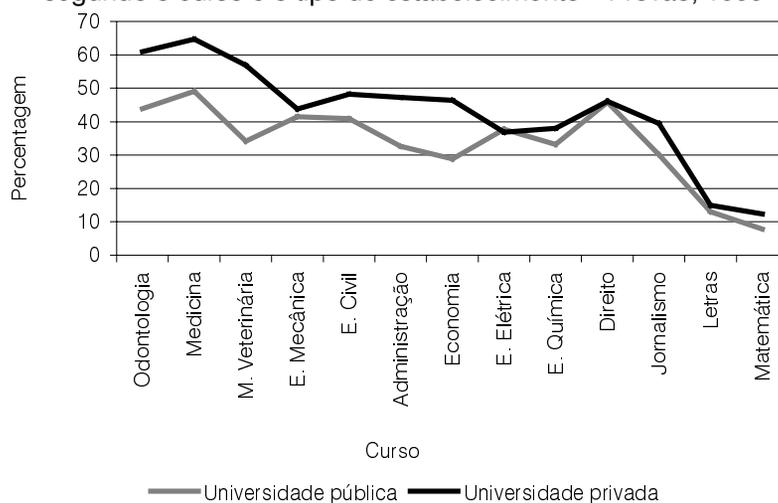
Figura 2.3 – Proporção de pessoas de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos, por curso e dependência administrativa do estabelecimento – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

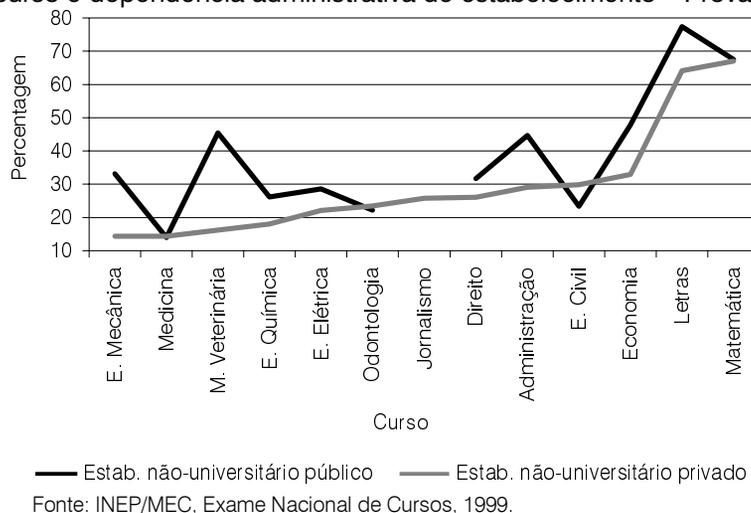
³¹ Segundo os dados do Provão de 1999, 23,9% dos formandos declararam ter recebido algum tipo de bolsa de estudo ao longo do curso e apenas 8,3% declararam ter obtido Crédito Educativo da Caixa Econômica Federal (CEF) ou bolsa integral da própria instituição de ensino. Nas universidades privadas, a proporção dos que tiveram Crédito Educativo ou bolsa integral da instituição atingiu 24,9%; nos estabelecimentos não-universitários privados, 16,1%.

Figura 2.4 – Proporção de pessoas de famílias com renda superior a 20 salários mínimos, segundo o curso e o tipo de estabelecimento – Provão, 1999



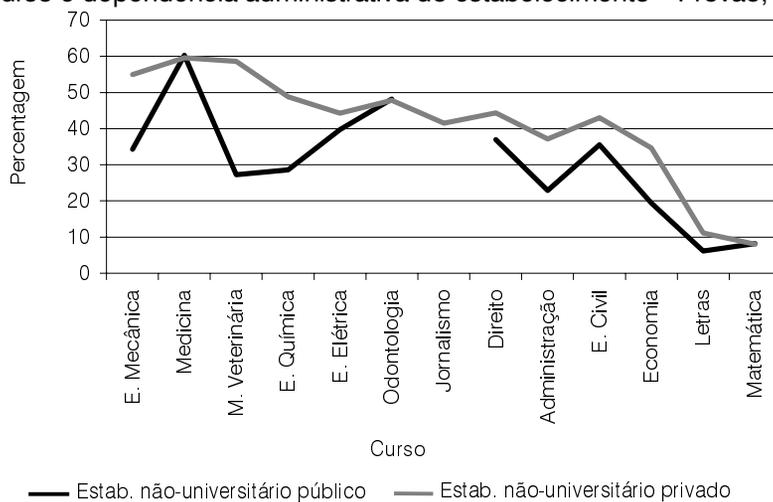
Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Figura 2.5 – Proporção de pessoas de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos, por curso e dependência administrativa de estabelecimento – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Figura 2.6 – Proporção de pessoas de famílias com renda superior a 20 salários mínimos, por curso e dependência administrativa do estabelecimento – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

pelo setor público sejam menos ou mais seletivos em termos do perfil socioeconômico de seus alunos que outros.

Tanto na universidade pública como na universidade privada, cursos de Medicina e de Odontologia são os que recebem menores proporções de estudantes pobres e maiores proporções de ricos. No outro extremo, estão os cursos de Letras e de Matemática com maiores proporções de formandos oriundos de famílias de baixa renda familiar. Nas faculdades e escolas privadas, os cursos mais seletivos em termos do perfil socioeconômico de seus alunos são os de Engenharia Mecânica, Medicina e Medicina Veterinária. De qualquer modo, em todas as instituições, sejam públicas ou privadas, universidades ou faculdades e escolas isoladas, os cursos de Letras e Matemática, dentre todos os que participaram do Provão em 1999, destacam-se por apresentar maiores proporções de formandos com níveis mais baixos de renda familiar.

Em síntese, considerações correntes sobre o suposto elitismo socioeconômico e cultural dos estudantes de universidades públicas não se sustentam à luz dos dados de renda familiar dos formandos que realizaram o Provão em 1999. Apesar de o acesso ao ensino superior no Brasil ser, de fato, restrito a parcelas muito específicas de jovens, conforme se mostra na Parte I – isto não permite concluir que, se considerando a renda familiar dos alunos, o ensino superior público seja mais seletivo e restritivo que o privado.

Na realidade, o debate sobre a "elitização" do ensino superior no Brasil parece confundir duas ordens de problemas: rendimento escolar (desempenho em avaliações formais) e renda média familiar (em termos monetários) dos estudantes. Ensino superior de "elite", isto é, de qualidade superior, não necessariamente significa ensino superior para e dos mais ricos.

No entanto, desde a expansão do sistema de ensino superior nos idos dos anos 60 e 70, consolidam-se alguns consensos em torno do tema ensino superior, mais especificamente a respeito da dualidade do sistema referida ao setor público e ao privado. Alguns desses consensos, com base em dados, de fato, procedem. Outros, são especulações que se pretendem passar por verdades pela mera repetição.

Seguem-se alguns exemplos: em regra, os vestibulares para ingressar nas universidades públicas são mais disputados (consideran-

do-se, comparativamente, carreiras ou cursos iguais) do que os vestibulares nas universidades privadas; nesse sistema seletivo, supõe-se que os vestibulandos de maior renda familiar, com trajetórias escolares mais regulares e que estudaram em boas escolas particulares no ensino fundamental e médio, têm maiores condições de ingresso nas universidades públicas; nesse raciocínio, as universidades públicas, em razão de seus processos de seleção para o ingresso, excluem estudantes pobres e com trajetórias escolares fracas e/ou interrompidas. Excluídos das universidades públicas, dirigem-se para as instituições de ensino superior privadas, em regra, apresentadas como menos exigentes e, portanto, mais permeáveis ao ingresso de estudantes pobres. Constatamos com base nos dados socioeconômicos dos formandos que realizaram o Provão em 1999 que essas afirmações não procedem.

No entanto, o mito resiste nos meios acadêmicos e fora deles, agregando deduções aos equivocados pontos de partida. Desde que foi instituído o Exame Nacional de Cursos, em 1996, vem ganhando força a idéia de que os formandos das universidades públicas obtêm melhores colocações no *ranking* da Prova Geral, porque são de origem socioeconômica e cultural mais elevada que a de seus colegas das demais instituições. Recrutando melhores estudantes no ingresso – em termos socioeconômicos e de desempenho escolar – por meio de seus vestibulares mais seletivos, em nada surpreende o fato de os estudantes das universidades públicas, ao final do curso, também apresentarem desempenho superior. Alguns representantes de instituições privadas de ensino superior, ao final de cada edição do Provão, repetem a mesma fórmula: nas instituições públicas estudam os mais ricos e melhor preparados, suas notas no Provão refletem isso.

O conjunto de dados do Provão de 1999 – dados relativos ao perfil socioeconômico dos formandos e dados relativos às notas que obtiveram nas provas específicas – permitem delinear um quadro mais complexo. Conforme se constata, existe um grupo de estudantes pobres e muito pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públicas. A análise dos indicadores de desempenho desses formandos com base nas notas que obtiveram no Provão realizado em 1999 é um dos aspectos discutidos na próxima seção.

2

Desempenho dos formandos

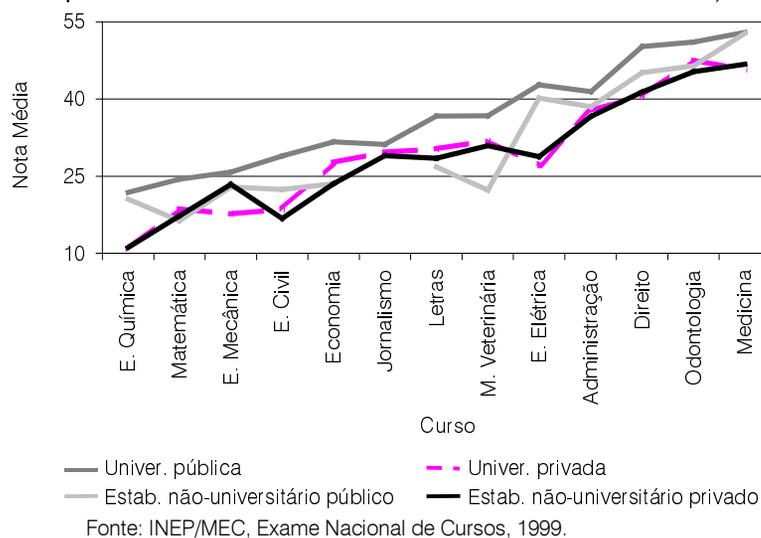
Embora as universidades públicas não possam ser consideradas a "elite" do ensino superior em termos do perfil socioeconômico de seus alunos, elas, de fato constituem a "elite" universitária brasileira do ponto de vista dos indicadores de desempenho avaliados no Provão de 1999.

Para todos os cursos avaliados em 1999, a média de desempenho dos formandos das universidades públicas na Prova Geral³² foi superior à nota média obtida pelos formandos das demais instituições de ensino superior – universidades privadas, escolas isoladas públicas e privadas; nestas últimas, seus formandos estão, de acordo com a nota média obtida na Prova Geral, em desvantagem em relação aos demais concluintes (Figura 2.7).

Na comparação entre as notas obtidas no Provão em 1999 pelos formandos das universidades públicas e das privadas, os primeiros apresentam melhor desempenho em todos os cursos considerados. Nos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Engenharia Química, as notas dos formandos das universidades públicas atingem uma diferença superior a 10 pontos (numa escala de 0 a 100) em relação às de seus colegas das universidades privadas. As menores diferenças de notas foram observadas para os formandos dos cursos de Jornalismo, de Administração e de Odontologia.

³² O Provão envolve duas provas de conhecimento: a de múltipla escolha e a discursiva (Engenharia e Jornalismo só têm questões discursivas). A nota da Prova Geral, como indicador de desempenho, refere-se ao tratamento estatístico dos resultados dos formandos nas provas de múltipla escolha e discursiva. A nota da Prova Geral varia numa escala de 0 a 100. Observa-se, entretanto, que a nota na Prova Geral de um curso, como Medicina, não é totalmente comparável com a nota na Prova Geral do curso de Direito, por exemplo. Assim, todas as notas aqui apresentadas serão discriminadas por tipo de curso.

Figura 2.7 – Nota média no Exame Geral por curso, dependência administrativa e por natureza institucional do estabelecimento – Provão, 1999



Em outros termos, embora as universidades públicas apresentem – na comparação com as universidades privadas – maiores proporções de estudantes pobres em todos os cursos, seus formandos também apresentam melhores médias na nota da Prova Geral para todos os cursos. Trata-se de um resultado coerente e inequívoco, mas que não implica afirmar que a renda familiar não tenha qualquer correlação com a nota na Prova Geral. O conjunto das Figuras 2.8 a 2.11 fornece novos dados para discutir esta questão.

De fato, conforme os dados apresentados mostram, os formandos de nível superior constituem um conjunto muito heterogêneo. As diferenças ocorrem entre os concluintes das diferentes instituições – públicas, privadas, universidades e não-universidades –, entre carreiras e entre regiões geográficas. No entanto, constata-se que em quase todos os cursos – no interior de cada categoria de instituição – os formandos oriundos de famílias de renda mais elevada apresentam melhor desempenho na Prova Geral.

Todavia, é importante notar que as diferenças de desempenho dos formandos segundo os grupos de renda familiar são menos acentuadas do que as diferenças de desempenho segundo a dependência administrativa e natureza institucional do estabelecimento. Constata-se, assim, que os formandos oriundos de famílias com renda familiar mais baixa (inferior a 10 salários mínimos) que estudaram em universidades públicas apresentam – em quase todos os cursos considerados – melhor desempenho que os formandos oriundos de famílias com renda familiar mais elevada (superior a 20 salários mínimos) das universidades privadas.

De todos os cursos avaliados no Exame Nacional de Cursos em 1999, as diferenças

de desempenho na Prova Geral dos formandos com renda familiar inferior a 10 salários mínimos e dos formandos com renda superior a 20 salários mínimos são mais pronunciadas (superiores a 5 pontos numa escala de 0 a 100) nos cursos de Matemática, Letras e Engenharias Mecânica e Elétrica. Os cursos com menor diferencial de desempenho dos formandos por renda familiar são os de Medicina Veterinária, Engenharia Química e Odontologia.

Escolaridade dos pais e desempenho dos formandos – Na área da educação, a escolaridade dos pais é uma variável importante para explicar, combinada a outras, muitos aspectos da trajetória escolar das crianças e jovens – evolução, repetência, evasão, desempenho, entre outros. No caso das diferenças de anos de escolaridade dos jovens brasileiros, por exemplo, a escolaridade dos pais parece ser uma variável tão ou mais importante que a renda familiar. Conforme se constatou na Parte I do Relatório, referida à análise dos dados da PNAD, para a coorte de jovens entre 18 e 24 anos, o aumento de anos de escolaridade dos pais, sobretudo das mães, reflete no aumento de anos de escolaridade dos filhos.

De acordo com os dados de desempenho dos formandos no Provão, segundo as faixas de renda familiar, constatou-se que, para a maior parte dos cursos, esta variável tem peso menor que a dependência administrativa ou a natureza institucional do estabelecimento em que o estudante se formou. Pergunta-se, agora, sobre o peso da variável escolaridade dos pais nas notas obtidas pelos concluintes que realizaram o Provão. Ou seja, diferenças de desempenho dos formandos estariam associadas aos níveis de escolaridade de seus pais?

Figura 2.8 – Nota média no Exame Geral dos estudantes de universidades públicas, por curso e renda familiar – Provão, 1999

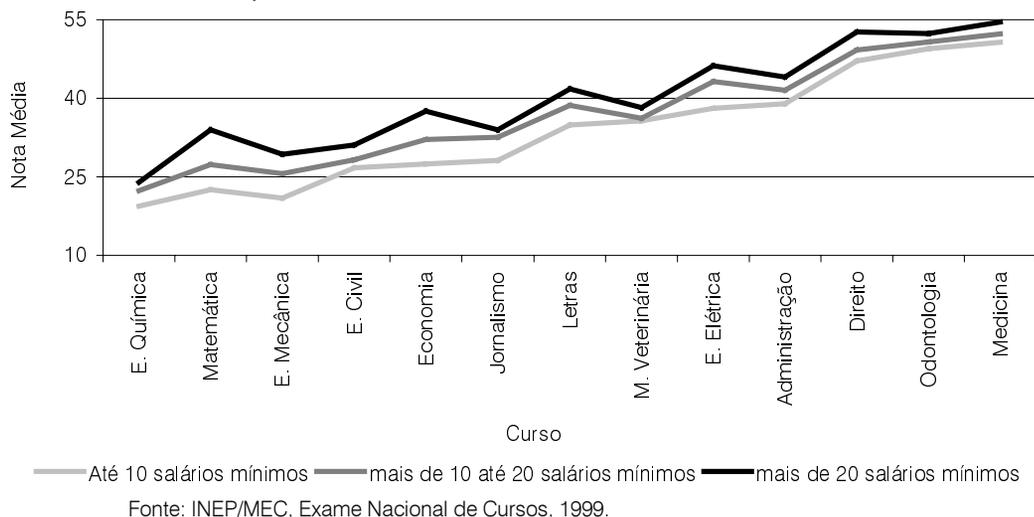


Figura 2.9 – Nota média no Exame Geral dos estudantes de universidades privadas, por curso e renda familiar – Provão, 1999

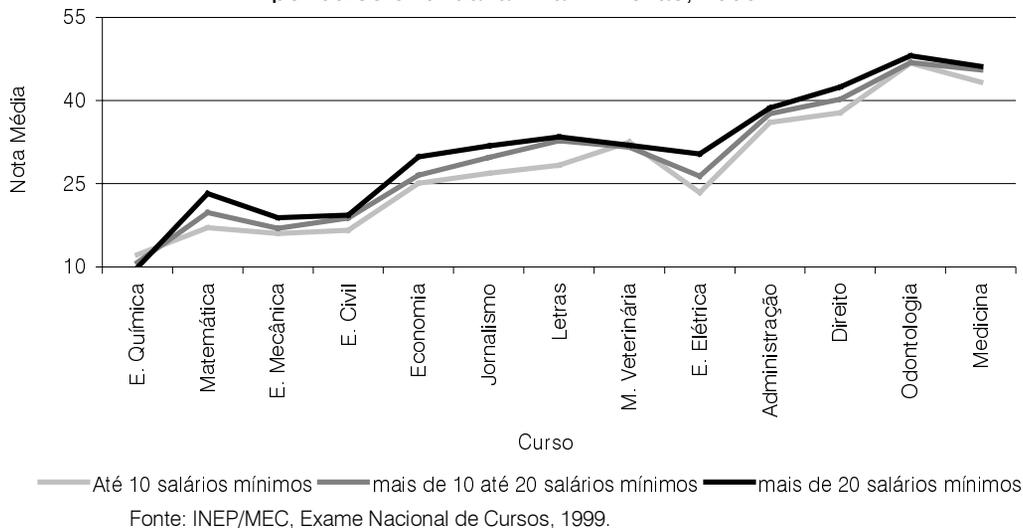


Figura 2.10 – Nota média no Exame Geral dos estudantes de estabelecimentos não-universitários públicos, por curso e renda familiar – Provão, 1999

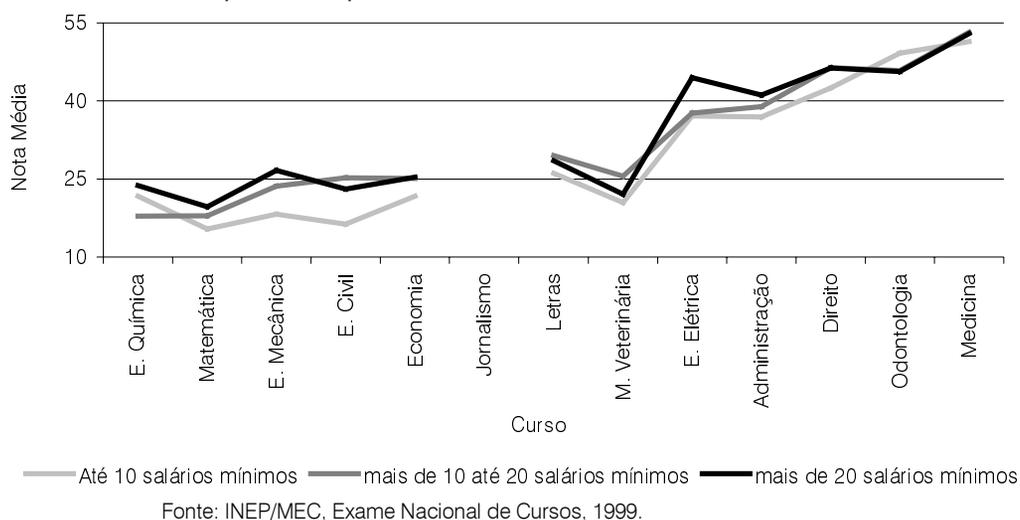
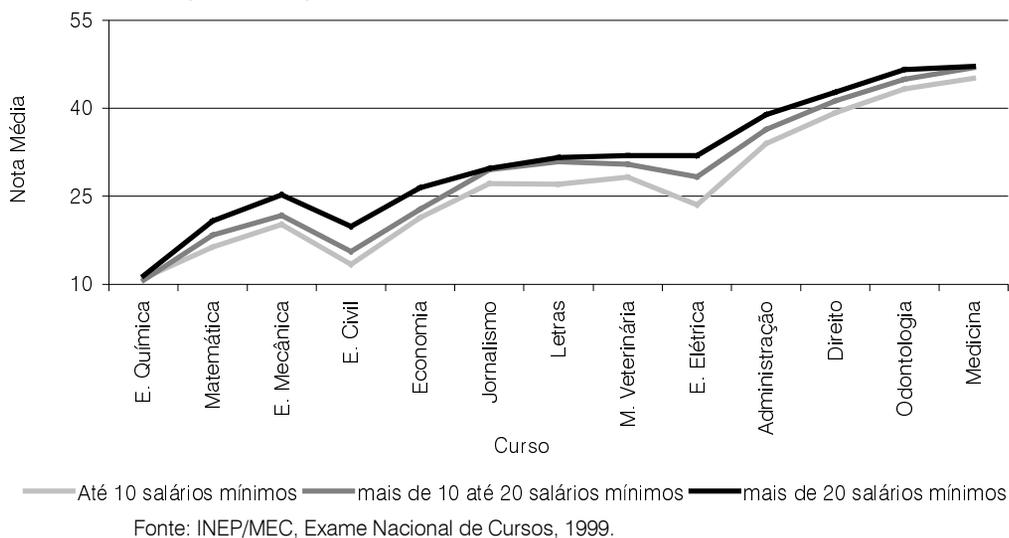


Figura 2.11 – Nota média no Exame Geral dos estudantes de estabelecimentos não-universitários privados, por curso e renda familiar – Provão, 1999



De modo geral, sim. No conjunto dos cursos e das instituições – públicas e privadas –, os formandos cujos pais são mais escolarizados obtiveram notas mais elevadas no Provão, independentemente da faixa de renda familiar em que se encontram. Vê-se nas Figuras 2.12, 2.13 e 2.14 que os formandos com pais mais escolarizados (nível médio ou superior) em todas as faixas de renda familiar obtiveram notas mais elevadas que seus colegas com pais menos escolarizados, porém com renda familiar mais elevada. Isso ocorre praticamente em todos os cursos oferecidos por instituições públicas e privadas cujos formandos foram avaliados no Provão.

Por outro lado, contudo, os dados de notas dos formandos uma vez controlados por dependência administrativa do estabelecimento – público e privado – e faixa de renda familiar (em salários mínimos) mostram novos aspectos dessa dinâmica geral.

Para a maior parte dos cursos, os formandos oriundos de instituições públicas na faixa mais baixa de renda (0 a 10 salários mínimos) e filhos de pais com baixa escolaridade (nível de ensino fundamental ou menos) obtiveram notas superiores às obtidas pelos formandos provenientes de instituições privadas, na faixa de renda mais elevada (20 salários mínimos e mais) e filhos

Figura 2.12 – Nota no Exame Geral dos estudantes oriundos de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos, segundo o curso e a escolaridade do pai – Provão, 1999

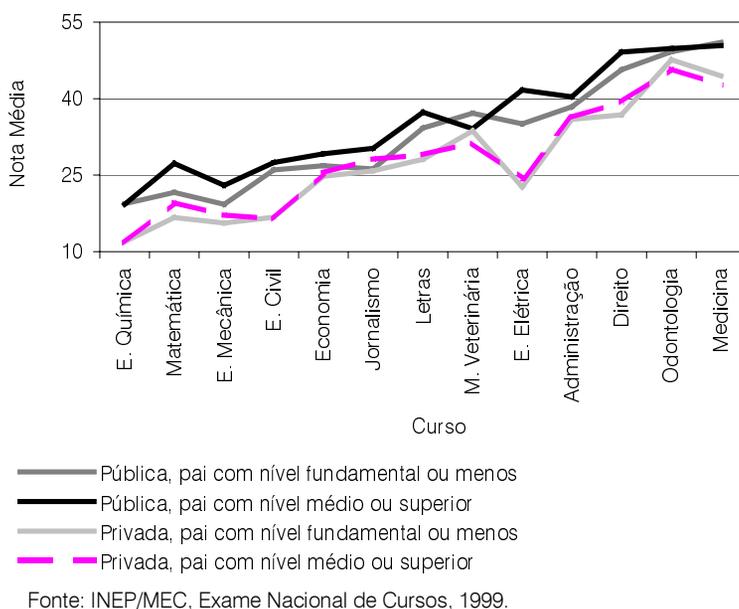
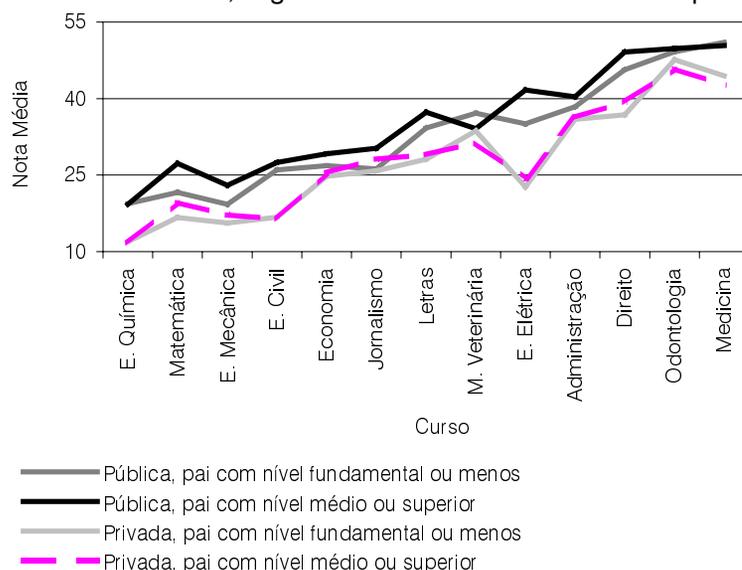
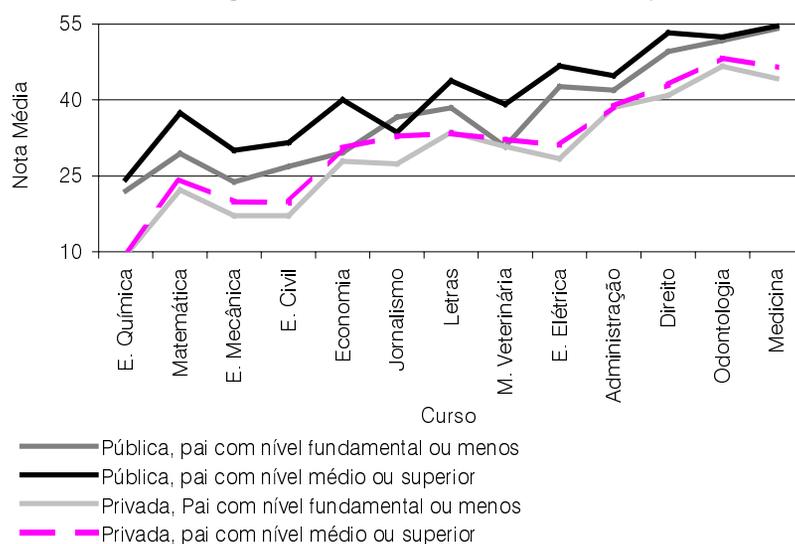


Figura 2.13 – Nota no Exame Geral dos estudantes oriundos de famílias com renda entre 10 e 20 salários mínimos, segundo o curso e a escolaridade do pai – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Figura 2.14 – Nota no Exame Geral dos estudantes oriundos de famílias com renda de mais de 20 salários mínimos, segundo o curso e a escolaridade do pai – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

de pais mais escolarizados (nível de ensino médio ou superior). As exceções ocorrem nos cursos de Matemática, Engenharia Mecânica (pequena diferença a favor dos concluintes de instituições privadas), Economia, Jornalismo e Administração.

Cursos diurnos e noturnos e desempenho dos formandos – A questão dos turnos – diurno e noturno – preferencialmente freqüentados pelos formandos durante seus cursos de graduação, não deve ser, de forma alguma, desconsiderada; a proporção de formandos que estudou durante algum momento do curso no período noturno é maior nos estabelecimentos privados do que nos públicos. As Figuras 2.15 e 2.16 apresentam

dados de desempenho dos formandos na Prova Geral das universidades privadas e públicas discriminados por turno (diurno e noturno).

Os dados mostram que os formandos que freqüentaram cursos exclusivamente no turno diurno têm melhor desempenho do que os que realizaram alguma disciplina no período noturno ao longo da graduação. Nota-se, porém, que as diferenças de desempenho entre formandos das universidades públicas e das universidades privadas são mais pronunciadas do que as diferenças de desempenho entre os estudantes que cursaram exclusivamente turno diurno e aqueles que cursaram algumas disciplinas no noturno.

Figura 2.15 – Nota média no Exame Geral dos estudantes de universidades públicas por turno – Provão, 1999

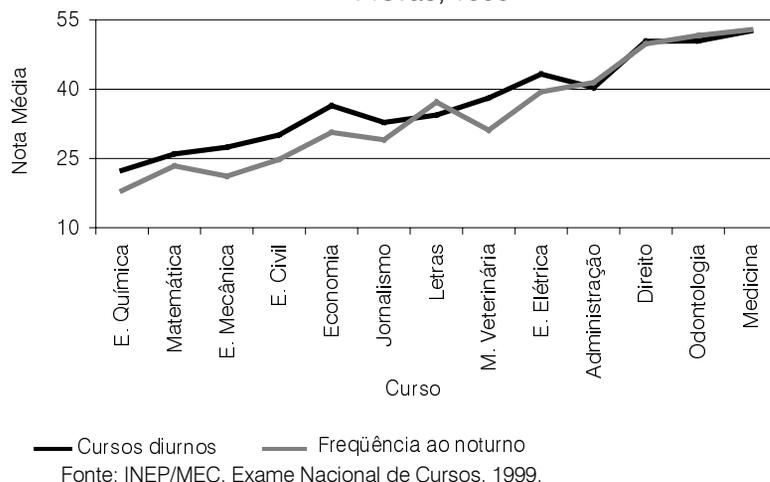
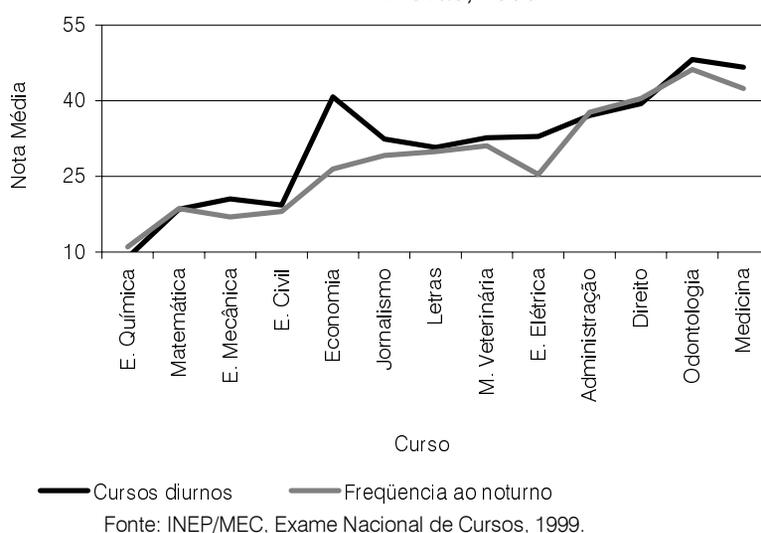


Figura 2.16 – Nota média no Exame Geral dos estudantes de universidades privadas por turno – Provão, 1999



Os formandos de universidades públicas que freqüentaram alguma disciplina no noturno têm desempenho superior ao de seus colegas de instituições particulares que cursaram disciplinas exclusivamente no diurno. A exceção é o curso diurno de Economia das universidades particulares; nesses cursos, o desempenho de seus formandos é superior ao de seus colegas formandos nas universidades públicas, qualquer que seja o turno considerado.³³

Formandos, desempenho na Prova Geral e regiões geográficas – A região geográfica é outra variável que poderia influir significativamente nos resultados obtidos pelos formandos dos diferentes cursos e instituições no Exame Nacional de Cursos em 1999. No geral, contudo, o corte

regional não contradiz os dados que registram melhor desempenho dos formandos das universidades públicas, independentemente do grupo de renda familiar e turno do curso.

Na comparação de desempenho entre os formandos das instituições localizadas na Região Nordeste e os oriundos de instituições do Sudeste, constata-se que os primeiros têm pior desempenho, mesmo mantendo-se sob controle as variáveis renda familiar e dependência administrativa (público e privado) do estabelecimento. O conjunto de Figuras 2.17 a 2.20 apresenta dados de desempenho dos formandos na Prova Geral por curso, turno, renda familiar das universidades públicas e privadas para duas regiões geográficas – Sudeste e Nordeste.

³³ Os diferenciais de desempenho dos formandos segundo os turnos que estudaram são pouco significativos. A constatação, contudo, deve ser recebida com cautela, pois o banco de dados do Provão não dispõe de informações relativas ao turno do curso predominante.

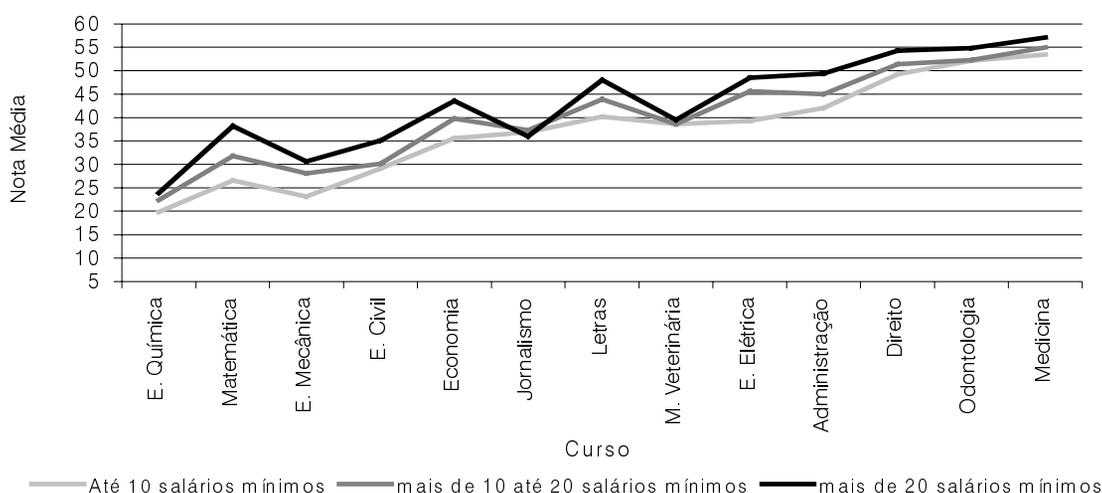
O conjunto de figuras (Figuras 2.17 a 2.20) permite perceber novos aspectos na dinâmica setor público e privado, ao se considerar os formandos segundo as variáveis região geográfica, renda familiar e turno do curso.

- Os formandos das universidades públicas da Região Sudeste têm desempenho superior ao de seus colegas também de universidades públicas da Região Nordeste.
- Os concluintes de cursos das universidades privadas da Região Sudeste apresentam um desempenho superior ao de seus colegas das universidades privadas localizadas no Nordeste.
- Constata-se também que nas duas regiões analisadas o desempenho dos formandos das universidades públicas é significativamente superior ao dos formandos das universidades privadas.

- Os formandos das universidades públicas da Região Nordeste, para a maior parte dos cursos, apresentam um desempenho, em termos médios, comparável ao dos formandos das universidades privadas da Região Sudeste.
- Os formandos das universidades privadas da Região Nordeste, por sua vez, obtiveram notas muito inferiores à média nacional, independentemente da variável renda familiar. Foge a esta regra o desempenho dos formandos dos cursos de Medicina e Odontologia.

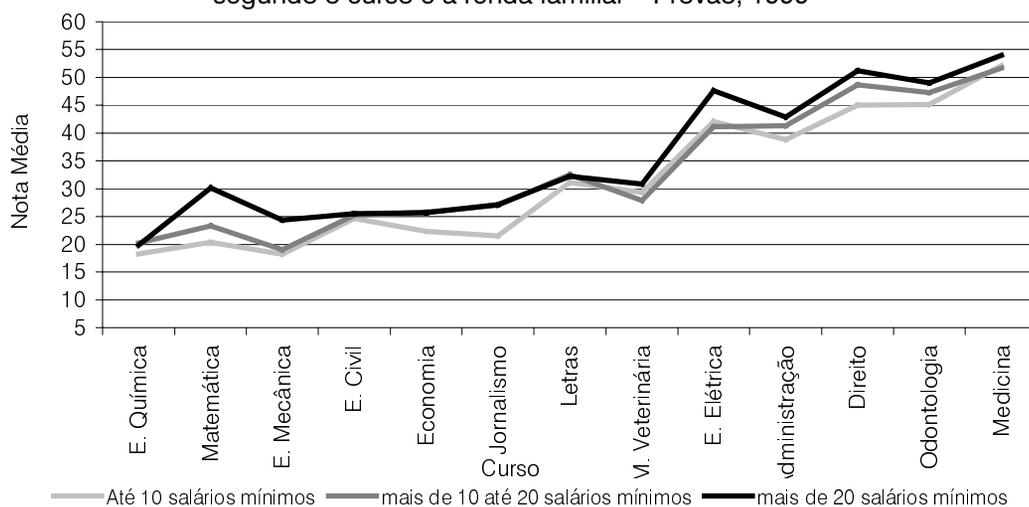
Resumindo, em todas as situações consideradas, constata-se que os formandos oriundos de famílias de renda mais elevada (20 salários mínimos e mais) obtiveram, no geral, notas mais elevadas na Prova Geral em 1999. No entanto, as diferenças de desempenho dos

Figura 2.17 – Nota média no Exame Geral dos alunos de universidades públicas do Sudeste segundo o curso e a renda familiar – Provão, 1999



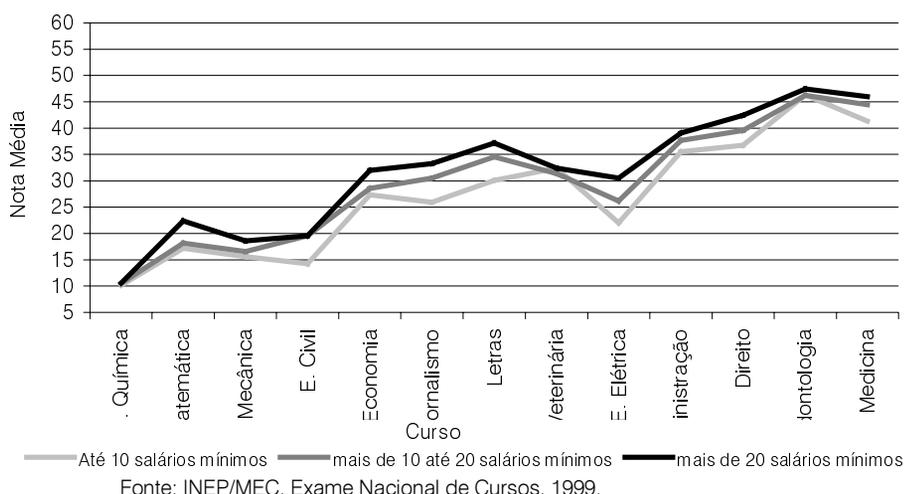
Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Figura 2.18 – Nota média no Exame Geral dos alunos de universidades públicas do Nordeste segundo o curso e a renda familiar – Provão, 1999



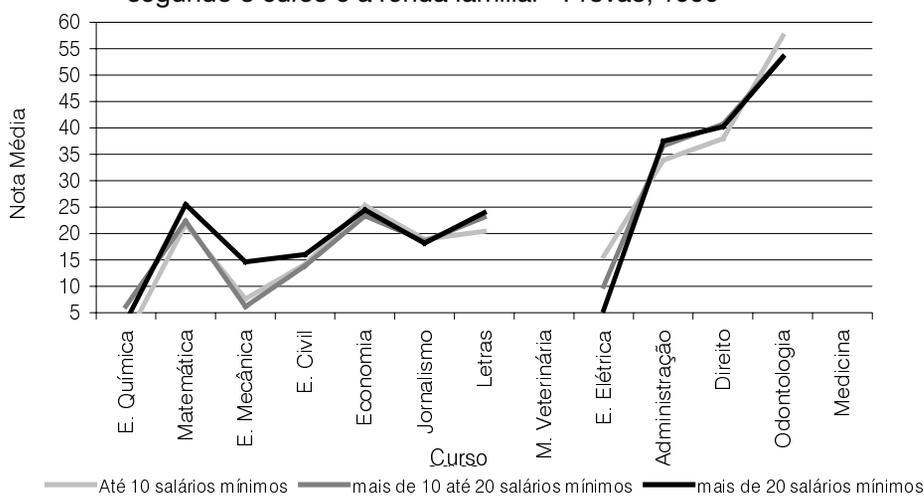
Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Figura 2.19 – Nota média no Exame Geral dos alunos de universidades privadas do Sudeste segundo o curso e a renda familiar – Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

Figura 2.20 - Nota média no Exame Geral dos alunos de universidades privadas do Nordeste segundo o curso e a renda familiar - Provão, 1999



Fonte: INEP/MEC, Exame Nacional de Cursos, 1999.

formandos por grupo de renda são relativamente pequenas, ou seja, menos significativas do que as diferenças de desempenho observadas nos formandos segundo a região geográfica e a dependência administrativa do estabelecimento.

O conjunto dos aspectos analisados leva a concluir que a região geográfica, a dependência administrativa (público ou privado) e a natureza institucional (universidade ou faculdade) do estabelecimento onde o estudante se formou e o nível de renda de sua família são variáveis que parecem estar correlacionadas no resultado do desempenho dos formandos no Provão de 1999. Os formandos melhor posicionados são oriundos de famílias de renda mais elevada (20 salários mínimos e mais) e das instituições públicas de ensino superior do Sudeste; os que obtiveram pior desempenho pertencem a famílias de renda baixa e concluíram seus cur-

sos de graduação em instituições privadas localizadas na Região Nordeste.

Deve ser notado, contudo, que a variável renda familiar é secundária para explicar o desempenho dos formandos no Provão. Os formandos das instituições públicas do Sudeste, oriundos de famílias de baixa renda, têm, em média, notas mais elevadas do que os formandos, posicionados em qualquer grupo de renda, das instituições privadas de qualquer região geográfica. Com efeito, as variáveis que melhor parecem se relacionar com o desempenho dos formandos em termos de notas obtidas na Prova Geral – mesmo quando controlada por renda familiar, turno do curso ou região geográfica – são a dependência administrativa e a natureza institucional do estabelecimento, ou seja, o fato de ele ser público ou privado, universidade ou estabelecimento não-universitário de ensino superior.

3

Considerações finais

Os dados analisados na Parte II deste estudo têm especial importância para o debate sobre os rumos do ensino superior no Brasil, em especial para a discussão sobre a distribuição de alunos entre os setores público e privado.

A visão difundida na opinião pública é que o sistema de ensino superior brasileiro se caracteriza por uma seleção altamente perversa, segundo a qual estudantes com renda familiar elevada estudam em estabelecimentos de ensino superior públicos, enquanto estudantes provenientes de famílias de baixa renda familiar pagam por seus estudos. Em vista dos dados socioeconômicos dos formandos que participaram do Provão em 1999, essa visão precisa ser qualificada.

Os formandos das universidades públicas correspondem a 26,9% do total de formandos que realizaram o Provão; somados aos formandos dos estabelecimentos não-universitários públicos, os concluintes de cursos do setor público representam um terço (32,8%) do total de formandos de cursos avaliados no Provão.

Os formandos das universidades públicas são proporcionalmente mais jovens do que seus colegas de outras instituições (estabelecimentos não-universitários públicos, universidades e estabelecimentos não-universitários privados). Entre os formandos das universidades públicas, o sexo masculino predomina, distinguindo-os, por essa característica, de outros grupos de formandos das demais instituições. A proporção de solteiros também é maior nas universidades públicas. Constatou-se, ainda, que os formandos das universidades públicas freqüentaram mais habitualmente que

seus colegas de outras instituições seus cursos no turno diurno. Com efeito, formandos das universidades públicas são os que apresentam atributos socioeconômicos mais próximos da imagem do estudante universitário padrão: jovem, solteiro e estudante do período matutino. O aspecto surpreendente diz respeito à menor presença feminina nestas instituições.

Vale observar, ainda, que são as universidades públicas que têm menores proporções de formandos que trabalharam em período integral durante o curso e também menores proporções de formandos que nunca haviam trabalhado. Lidos em conjunção com dados anteriores sobre a idade, pode-se arriscar a hipótese de que os estudantes das universidades públicas tendem a se inserir no mercado de trabalho durante o curso. Muito provavelmente, vão buscar trabalho em função de seus estudos.

Os dados sugerem que as universidades públicas atendem a uma clientela muito seleta; os estudantes destas instituições constituem a elite do País. De fato, com base nos resultados da Prova Geral do Exame Nacional de Cursos, é inegável que o desempenho médio dos formandos egressos das universidades públicas foi superior ao alcançado pelos egressos das demais instituições. Eles obtiveram médias mais elevadas na Prova Geral do que seus colegas formados em outras instituições de ensino superior. Esse resultado mantém-se constante em qualquer que seja o grupo de formandos que se compare. Entre formandos que freqüentaram turnos similares, oriundos de uma mesma região geográfica com renda familiar equivalente, constatou-se sempre que os alunos das universidades públicas têm melhor desempenho que os demais. Em geral, a dependência administrativa e a natureza institucional do estabelecimento têm maior importância que qualquer outro fator na explicação da nota média dos formandos no Provão.

Os dados conduzem a concluir que melhores alunos ingressam nas universidades públicas e nelas recebem uma formação superior à formação obtida nos demais estabelecimentos. Nestes termos, parece razoável afirmar que as universidades públicas atendem à elite dos estudantes do País ao tempo que formam sua elite profissional. Não se segue daí a inferência que apenas jovens provenientes das camadas socioeconômicas mais elevadas tenham acesso às universidades públicas, que estes jovens constituam sua clientela exclusiva; tampouco pode-se inferir que compete às instituições de ensino superior privadas atender preferencialmente à demanda de ensino superior oriunda dos segmentos mais pobres da população.

Na Parte I, mostrou-se que o acesso ao ensino superior no Brasil é muito restrito. Dos jovens entre 18 e 24 anos, somente uma pequena parcela (em torno de 9,0%) ingressa no ensino superior. As chances de ingresso estão relacionadas com a renda familiar e com o nível de escolaridade dos pais. Poucos são os jovens que, oriundos de famílias com baixa renda e/ou com pais com baixa escolaridade, logram ingressar em um curso superior. No entanto, para os poucos que o fazem, os estabelecimentos públicos constituem uma alternativa para a obtenção do diploma de graduação.

A maior proporção de formandos negros ou pardos, em que pese a reduzida participação desses segmentos no ensino superior independentemente do curso, é encontrada nas universidades públicas. Em razão da correlação entre renda familiar e cor no Brasil, os dados disponíveis apontam para o início da abertura das instituições públicas aos jovens negros ou pardos e de baixa renda. Com efeito, essa possibilidade decorre da ampliação do número de vagas e de concluintes nos níveis de escolaridade que antecedem o ensino superior, em especial no ensino de nível médio.

As universidades públicas, conforme os dados mostram, apresentam maiores proporções, comparativamente às universidades e estabelecimentos não-universitários privados, de formandos com baixa renda familiar. Uma vez que esta sobre-representação das camadas de renda mais baixa nas universidades públicas ocorre em todos os cursos, tal fato não pode ser atribuído somente às características dos cursos oferecidos.

Vale observar, ainda, que no outro extremo da escala social, o fenômeno se inverte e assume contornos ainda mais fortes. Isto é, dos formandos com renda familiar mensal igual a 50 salários mínimos ou maior, constata-se que cerca de 75% cursaram instituições de ensino superior privadas (universidades ou estabelecimentos não-universitários).

Por certo, a amostra representada por aqueles que realizaram o Provão não reproduz fielmente o universo dos formandos no ano de 1999 no País. Muitos cursos não foram incluídos na avaliação e, portanto, os dados analisados não permitem fazer inferências sobre a totalidade dos formandos. Uma descrição completa da distribuição de alunos e formandos, nos estabelecimentos públicos e privados, com base em seus atributos socioeconômicos, não pode ser feita apoiada somente nos dados disponibilizados pelo Provão. Todavia, as conclusões, ainda que referidas exclusivamente aos formandos do conjunto de cursos submetidos ao Provão, são pertinentes.

Se, em geral, o acesso ao ensino superior é restrito, não há nenhum dado que indique que o setor público de ensino superior reforce a iniquidade. Parece ocorrer o contrário. Os alunos egressos das universidades públicas apresentam um desempenho médio, considerando-se a média na Prova Geral, superior ao de seus colegas dos demais estabelecimentos, não importando suas características socioeconômicas. Assim, independentemente de sua origem social, o formando das universidades públicas tem melhor formação que os demais. Nestes termos, o ensino superior público, na ausência

de um sistema de bolsas de estudo que permita aos mais pobres financiar seus estudos adequadamente, acaba funcionando como o instrumento possível para superar desigualdades ou para, ao menos, diminuir a iniquidade no sistema.

Os resultados sugerem, portanto, que a iniquidade que caracteriza o sistema de ensino superior brasileiro é produzida ao longo do ensino médio, uma vez que é neste nível de ensino que se definem as possibilidades de ingresso dos jovens nos diferentes estabelecimentos de ensino superior no País.

DISCUSSÃO

Indicadores socioeconômicos e educacionais dos jovens de 18 a 24 anos mostram a grande heterogeneidade que caracteriza hoje a juventude brasileira e as agudas desigualdades educacionais existentes no País, associadas a níveis de renda familiar, de escolaridade dos pais e de origem étnica dos jovens.

Os indicadores relativos ao nível de escolaridade da população são indiretos. Assim, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio fornece informações sobre o percentual de concluintes do ensino superior (quinze anos ou mais de escolaridade) na coorte de 18 a 24 anos. Sabe-se, contudo, que nesta coorte da faixa etária, pelo menos um terço dos jovens não teria ainda idade para ter completado quinze anos de escolaridade, o que deprime muito o percentual, que é de apenas 1,3%. Este percentual apresenta-se ainda mais deprimido porque são poucos os jovens no Brasil – mesmo os de classe média ou alta – que concluem o ensino básico sem repetência, o que, certamente, provoca o ingresso mais tardio no ensino superior.

Jovens que completam o ensino médio – portanto, em condições de ingressar no ensino superior –, comparados com a média da população, provêm, em geral, de famílias mais ricas, são mais freqüentemente brancos e são filhos de pais com mais escolaridade. Subsidiariamente, são mais numerosos os jovens do sexo feminino e os jovens residentes no Sul e Sudeste do Brasil.

Mesmo assim, esses dados, se não expressam a extensão do acesso ao ensino supe-

rior, exibem de forma clara as desigualdades nas oportunidades educacionais. Do reduzido percentual de jovens (1,3%) que já havia concluído o nível superior na faixa etária entre 18 e 24 anos – ou seja, com quinze anos de estudo e mais – boa parte provém de famílias com renda elevada (renda familiar média de 3.400 reais em 1997), a maioria é branca (86,6%) e tem pais com mais anos de escolaridade (10,6 anos de escolaridade média do pai). Esses jovens residem predominantemente no Sudeste do País (59,5%) e são, em grande parte, moradores de regiões metropolitanas (48,3%).

Com efeito, para cada nível mais elevado de escolaridade, constata-se que aumenta a proporção de jovens excluídos. Deve-se enfatizar, contudo, que o caráter seletivo e restrito do ensino superior não implica homogeneidade de sua clientela. Ao contrário, uma das principais características do grupo que conclui o ensino superior é a sua heterogeneidade.

É possível, assim, identificar, no sistema em seu conjunto, instituições ou conjunto de instituições que apresentam maior ou menor heterogeneidade socioeconômica, educacional e étnica em seu corpo discente.

As instituições públicas (universidades e estabelecimentos não-universitários) respondem por cerca de um terço (32,8%) do total de concluintes que realizaram o Provão de 1999. Os atributos pessoais e socioeconômicos dos formandos dessas instituições – conforme já apresentados anteriormente – estão mais próximos da imagem do estudante universitário padrão: jovem, solteiro e estudante do período matutino. Foi também entre os formandos das universidades públicas que se constatou as menores proporções de estudantes que trabalharam em período integral ou que nunca haviam trabalhado durante o curso. O fato de as universidades federais, em seu conjunto, oferecerem poucos cursos noturnos certamente contribui para esta distorção, uma vez que a ausência desta oferta efetivamente impede o tra-

balho em tempo integral. Relacionados com os dados de idade dos formandos dessas universidades, supõe-se que eles tendem a se inserir no mercado de trabalho durante o curso; muito provavelmente, buscam trabalho em função de seus estudos.

Possibilidades de ingresso no ensino superior estão relacionadas com a renda familiar e com o nível de escolaridade dos pais. Poucos são os jovens que, oriundos de famílias com baixa renda e/ou com pais com baixa escolaridade, logram ingressar em um curso superior público ou privado. No entanto, para os poucos que o fazem, as instituições públicas constituem uma alternativa para a formação de nível superior.

Em compensação, em que pese a reduzida participação de negros e pardos no ensino superior,³⁴ independentemente do curso, é nas universidades públicas que se encontra a maior proporção desses segmentos. Em razão da correlação entre renda familiar e cor no Brasil, os dados disponíveis apontam para uma maior abertura das instituições públicas aos jovens negros ou pardos e de baixa renda. Além disto, essa possibilidade parece estar se ampliando e decorre da ampliação do número de vagas e de concluintes nos níveis de escolaridade que antecedem o ensino superior, em especial no ensino de nível médio.³⁵

Nas universidades públicas, encontram-se também maiores proporções, comparativamente aos estabelecimentos privados, de formandos com baixa renda familiar. Uma vez que a presença desses formandos pobres ocorre em todos os cursos das universidades públicas, ela não pode ser atribuída somente às características dos cursos oferecidos.

Esses resultados são importantes porque permitem rever interpretações recorrentes sobre o perfil dos estudantes universitários no País. Vários estudos (Maggie, 1998; Sampaio, 2000) têm insistido que as diferenças de perfil socioeconômico dos estudantes universitários devem-se não ao fato de a instituição onde estudam ser pública ou pri-

³⁴ Em 1998, os negros representavam 41,0% da população brasileira e respondiam por apenas 12,0% dos que ingressavam no ensino superior. A propósito, estudo recente desenvolvido por Vale Silva e Hasenbalg (1999) sobre diferenças raciais na realização socioeconômica, indica que é no processo de aquisição da educação que reside o núcleo de desvantagens que indivíduos negros ou pardos sofrem na sociedade brasileira. O estudo mostra que as diferenças no retorno ocupacional para investimentos em educação são relativamente modestas quando comparadas com as diferenças em realização educacional. Estas diferenças, segundo os autores, tendem, além do mais, a crescer conforme melhora a situação socioeconômica de origem.

³⁵ O estudo da pesquisadora Moema Teixeira (1998), com base em séries estatísticas do IBGE para um período de seis anos, mostra que o número de negros que conseguiu ingressar no ensino superior aumentou quase 70,0% entre 1992 e 1998. Enquanto em 1992, 77.607 negros disseram ter freqüentado o ensino superior, em 1998 o número chegou a 131.763. Na ausência de políticas educacionais específicas no País voltadas para negros e pardos, o aumento de ingressantes negros no ensino superior deve-se à ampliação de matrículas no ensino de nível médio e conseqüentemente, à ampliação do número de egressos deste nível de ensino. Embora os dados indiquem melhoria na escolarização dos negros, o abismo entre eles e os brancos, de acordo com o estudo de Teixeira, ainda é grande.

vada, mas fundamentalmente às características das carreiras que escolheram e ao turno – diurno ou noturno – em que o curso é oferecido. Embora esses estudos tenham contribuído para questionar o mito – aliás, muito consensual – de que "pobre vai para instituição particular e rico consegue vaga na instituição pública", a distribuição dos estudantes segundo suas características socioeconômicas permanece atrelada à distinção "cursos para ricos e cursos para pobres", a qual se reproduz no setor público e no privado de ensino superior. De fato, dados socioeconômicos dos ingressantes em diferentes carreiras de nível superior conduzem à conclusão de que as diferenças socioeconômicas dos estudantes de diferentes carreiras tendem a se sobrepor às diferenças entre estudantes do setor público e do privado. Todavia, conforme constatou Sampaio (2000), qualquer que seja o grau de elitização de uma determinada carreira – Medicina, por exemplo –, a possibilidade de nela ingressarem estudantes provenientes de camadas pobres só se realiza se o curso for oferecido por uma instituição pública.

Os dados socioeconômicos dos formandos avaliados pelo Provão, com efeito, corroboram essa interpretação. Consta-se, ainda, que no outro extremo da escala social, o fenômeno se inverte e assume contornos ainda mais nítidos, isto é, dos formandos com renda familiar mensal igual a 50 salários mínimos ou mais, cerca de 75,0% cursaram instituições de ensino superior privadas (universidades ou estabelecimentos não-universitários).

Por certo, a amostra representada por aqueles que realizaram o Provão não reproduz fielmente o universo dos formandos no ano de 1999 no País. Muitas áreas de graduação e cursos não foram incluídos na avaliação e, portanto, os dados analisados não permitem fazer inferências sobre a totalidade dos formandos. Uma descrição completa da distribuição de alunos e formandos nos estabelecimentos públicos e privados, segundo os seus atributos socioeconômicos, não pode ser feita com base somente nos dados disponibilizados pelo Exame Nacional de Cursos. Todavia, as conclusões, ainda que referidas exclusivamente aos formandos do conjunto de cursos submetidos ao Provão, revelam pertinência para a discussão da equidade no ensino superior brasileiro.

Se, em geral, o acesso ao ensino superior é restrito, não há nenhum dado que indique que o setor público de ensino superior reforce a iniquidade. Parece ocorrer o contrário. Os alunos egressos das universidades públicas apresentam um desempenho médio, considerando-se a

média, no Provão, superior à de seus colegas dos demais estabelecimentos, não importando suas características socioeconômicas. Assim, independentemente de sua origem social, o formando das universidades públicas tem melhor formação que os demais. Parece, assim, que na ausência de um sistema de bolsas de estudo, que permita aos mais pobres financiar seus estudos adequadamente, o ensino superior público constitui-se alternativa de equidade no sistema.

Os resultados sugerem, portanto, que a iniquidade que caracteriza o sistema de ensino superior brasileiro é produzida ao longo do ensino médio, uma vez que é neste nível de ensino que se definem as possibilidades de ingresso dos jovens nos diferentes estabelecimentos de ensino superior no País. Além disso, com base nesses resultados, conclui-se que a discussão e o encaminhamento do tema da equidade no ensino superior brasileiro envolvem outros aspectos do sistema educacional brasileiro. Os principais,³⁶ relacionados com a introdução do presente Relatório, seriam:

Taxa de educação em nível superior

– A retomada do crescimento do número de matrículas de ensino superior, a partir da segunda metade da década de 90, decorreu da ampliação do número de egressos do ensino de nível médio. Com efeito, o aumento do número desses egressos ampliou a base da demanda com a qual opera o ensino de nível superior. Em um período de cinco anos (1995-1999), as matrículas no nível de ensino médio aumentaram em cerca de 57,0% (Brasil, 2000). Em 1998, as matrículas de ensino superior já estavam em 2.125.958; o setor privado, recuperando seu ritmo de crescimento, passava a responder por 62,0% desse total (Idem).

Mesmo considerando-se essa rápida retomada de crescimento do número de matrículas no sistema de ensino superior, seria possível caracterizá-lo como um sistema de "massa" nos termos em que se define um sistema de massa?

Para responder a essa questão, há de se considerar, em primeiro lugar, a dimensão da população jovem no Brasil. Em termos absolutos, o contingente de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior está perto de 2 milhões. Inegavelmente, atender a 2 milhões de jovens, ainda que este número corresponda a apenas cerca de 10% da população brasileira nesta faixa etária, já faz do sistema de ensino superior brasileiro um sistema que atende em grande escala; por outro lado, porém, considerando-se que cerca de 90% dos jovens entre 18 e 24 anos não estão ingressando no ensino superior, a idéia de "massa" no sentido

³⁶ A seleção desses aspectos foi inspirada no trabalho de Gómez Campo (1997) sobre a equidade no ensino superior colombiano.

de "inclusão de proporções significativas" da população jovem no ensino superior não se aplica ao caso do sistema de ensino superior brasileiro.

Com efeito, a possibilidade de crescimento do número de matrículas de ensino superior no País vincula-se à ampliação do atendimento dos níveis de ensino que antecedem o superior. Esta consideração evidenciou-se no último quinquênio: o aumento do número de egressos do nível de ensino médio, em razão de um movimento anterior de ampliação constante do atendimento de alunos no nível de ensino fundamental, provocou a retomada do crescimento das matrículas de nível superior. O problema, portanto, da ampliação do acesso ao ensino superior não é mera questão de aumento da oferta de vagas no sistema (fenômeno mais característico dos anos 60 e 70), mas está diretamente relacionado, ainda, com a elevada exclusão de jovens pertencentes aos segmentos mais pobres da população, à medida que se eleva o nível de escolaridade. O corolário desse processo de exclusão é o nível de ensino mais elevado, que é o superior.

Considerando-se o aumento recente de quase 60% no número de matrículas no nível médio de ensino, qual seria, para o Brasil, a taxa desejável de matrícula de jovens, da coorte correspondente, no ensino superior? Hoje, esta taxa é de 9,7%.

Na Europa, as taxas de escolaridade no nível superior oscilam entre 20% e 30% no grupo de idade pertinente, embora essas taxas sejam muito mais elevadas quando se considera a população adulta acima de 25 anos (como também ocorre no Brasil). Em alguns países do norte da Europa, as matrículas de estudantes com mais de 25 anos chegam a representar até mais de 60% do total de matrículas de ensino superior (Gómez Campo, 1997). Nos países latino-americanos, como Argentina e Chile, por exemplo, o percentual de jovens da faixa etária correspondente, para o ano de 1990, estava em torno de 14,0% (Banco Mundial, 1993).

Para o Brasil, que medidas seriam necessárias para incluir no sistema de ensino superior cerca de 3 milhões ou perto de 6 milhões de jovens, caso fossem definidas, respectivamente, metas de 15% – como os países latino-americanos – ou de 30% – como ocorre nos países europeus – dos jovens da coorte entre 18 e 24 anos?

Articulação entre o nível médio e o superior de ensino – Em nenhum país do mundo ocorre de a totalidade dos egressos do ensino de nível médio – o nível que antecede o superior e que pode adquirir várias denominações bem como diferentes ramificações em cada país – se dirigir

para o ensino superior. Ao contrário, apenas uma parcela reduzida da coorte de idade o faz, e dos ingressantes, nos vários cursos de nível superior, uma proporção significativa não ultrapassa o primeiro ano de estudo (Oliveira, Gomes, 1998).

Nos Estados Unidos, o funil é menor; cerca de 90% dos adolescentes norte-americanos estão matriculados no ensino de nível médio e mais de 50% dos jovens de uma coorte da faixa etária ingressam no ensino superior. Na França e no Reino Unido, respectivamente 89,0% e 80,0% da faixa de idade estão matriculados nos vários tipos de escolas secundárias. Na França, mais da metade consegue concluir o curso propedêutico e seguir os estudos no nível superior; constata-se também que quanto mais profissionalizante for o ensino de nível médio, menor também será o êxito de seguir no ensino superior. No caso dos *bacheliers généraux*, a totalidade de seus egressos se direciona para o ensino superior (Euríat, 1998). Na Inglaterra, em torno de 78,0% dos jovens com mais de 17 anos de idade ainda se encontram no ensino médio, sendo que cerca de 35,0% estão na vertente acadêmica e 12,0% na profissional. Ao término do ensino de nível médio, cerca de um terço dos jovens ingleses ingressa no ensino superior (Stobart, 1998).

Dentre os países latino-americanos, a Argentina, por exemplo, apresenta uma taxa bruta de escolarização de ensino de nível médio para a coorte da faixa etária menor que a da Inglaterra, porém naquele país uma parcela significativamente maior da coorte de idade ingressa no ensino superior; como resultado, tem-se que a Argentina conta com um índice de matrículas no ensino superior por cem mil habitantes maior que o do Reino Unido (Oliveira, Gomes, 1998). Deve ser notado que na Argentina o ingresso ao ensino superior é irrestrito a todos que terminam o ensino médio.

No Brasil, o ensino de segundo nível – para usar a terminologia da Unesco – somente nos últimos anos tornou-se tema das políticas educacionais. Por muito tempo, esse nível de ensino foi considerado "passagem" para o ensino superior. Não resta dúvida quanto à necessidade de se estender o nível médio de escolaridade aos jovens até como base necessária para a ampliação da taxa de ingressantes no ensino superior. Todavia, admitindo-se – com base na experiência nacional e de outros países que já atingiram a universalização do nível médio de ensino – que grande parcela de seus egressos não prossegue estudos superiores, a diversificação das oportunidades de estudos de nível médio é um desafio tão ou mais importante que a necessidade da diversificação do ensino superior para adequá-lo à heteroge-

neidade socioeconômica e de formação escolar dos jovens que nele estão ingressando. É importante, contudo, sublinhar que a diversificação das oportunidades de formação no nível médio de ensino deve ser encaminhada de forma a não se constituir um obstáculo para que seus egressos prossigam os estudos de nível superior.

Mecanismos de seleção e admissão dos estudantes – A questão da equidade no ensino superior relaciona-se com a necessidade de promover oportunidades mais eqüitativas aos jovens que lograram concluir o nível de ensino médio e são candidatos ao ensino superior. Um dos paradoxos da relativa democratização do ensino superior no Brasil é que ela se deu predominantemente mediante a ampliação do número de instituições, cursos e vagas no setor privado que se mantém por meio das anuidades pagas pelos estudantes.

Nesse contexto, enquanto alguns segmentos do setor privado de ensino superior vêm instituindo novos mecanismos de seleção de candidatos – revestidos de legitimidade com base nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 –, acirrando a competição entre as instituições por alunos, são raras e ainda muito incipientes as iniciativas do setor público no sentido de inovar os procedimentos tradicionais de admissão do público estudantil. A adoção de novos mecanismos de seleção de estudantes, por parte das instituições públicas, não necessariamente significa o estabelecimento de cotas a serem preenchidas por grupos sociais e/ou étnicos específicos, mas pode conduzir à ampliação das oportunidades de ingresso de jovens das camadas mais pobres da população. Algumas universidades públicas, é verdade, vêm estimulando novos mecanismos de ingresso ou disponibilizando aos jovens pobres uma oportunidade de reverter suas dificuldades de formação escolar anterior, preparando-os para um exame vestibular específico. Essas iniciativas, no entanto, mantêm-se isoladas no âmbito das políticas de ingresso vigentes no setor público. Uma experiência que parece apresentar resultados é a que vem sendo realizada na Universidade de Brasília, no Distrito Federal; ela consiste no acompanhamento de desempenho escolar de estudantes do ensino público de nível médio. Na Universidade de São Paulo, existe o cursinho pré-vestibular da Politécnica destinado a vestibulandos de baixa renda que pretendem ingressar na USP. Embora esta experiência tenha apresentado bons resultados quanto ao percentual de alunos aprovados no exame vestibular da USP, ela opera em pequena escala até por não ser uma ação institucionalizada da USP, mas uma iniciativa de alunos e professores de uma unidade específica da universidade.

Políticas diferenciadas de estímulo de acesso de diversos grupos sociais ao ensino superior – A inclusão de diferentes segmentos sociais no ensino superior, evidentemente, tem a ver não só com a diversificação dos mecanismos de seleção de ingresso, mas, fundamentalmente, com as condições de permanência dos diferentes grupos no ensino superior. Essas condições de permanência não se referem apenas à questão do financiamento da formação superior (no caso dos estudantes pobres das instituições privadas, a existência de créditos e bolsas), mas às condições de oferta dos cursos superiores – turnos noturnos, ensino não-presencial, etc.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer as diferenças de expectativa e de formação escolar dos aspirantes ao ensino superior. A extensão da escolaridade superior não pode continuar a ser tratada como se fosse uniforme e monotônica.

Políticas de distribuição regional das ofertas de oportunidades – As políticas de ensino superior no País parecem ter caminhado nessa direção. Dados da distribuição da oferta pública e privada de ensino superior no Brasil mostram claramente que o setor público, ao longo dos anos, procurou se instalar nas regiões geográficas que não apresentavam atrativos para o setor privado. Nas Regiões Norte e Nordeste, até bem recentemente, excetuando-se alguns poucos estabelecimentos privados, a oferta de ensino superior privado era basicamente pública (Durham, Sampaio, 1995).

Desde a segunda metade da década de 80, entretanto, constata-se um movimento de maior desconcentração regional da oferta de ensino superior. Essa desconcentração, liderada sobretudo pela iniciativa privada, vem sendo impulsionada pelo crescimento da demanda de ensino superior em regiões que, até muito recentemente, apresentavam uma relação candidato/vaga muito baixa, ou seja, desfavorável, da perspectiva do setor privado para a instalação de estabelecimentos particulares de ensino superior (Sampaio, 1998).

Embora a legislação brasileira dificulte os estabelecimentos universitários de instalarem novos cursos e/ou instituições fora de sede ou área de abrangência, evitando, com essa regulamentação, o crescimento desordenado da oferta de ensino superior e a formação de cartéis educacionais, seria oportuno refletir também sobre a instituição de outras regras de crescimento do setor privado. Uma dessas novas regras poderia conter o estímulo à desconcentração regional das instituições privadas de ensino superior.

A possibilidade de abertura de novos cursos na sede, ou/e em regiões geográficas e/ou áreas metropolitanas que apresentam expectativas otimistas de retorno de investimento para os empresários do ensino superior poderia ser condicionada, mediante medidas compensatórias de investimento, ao atendimento de áreas/regiões onde houvesse necessidade de incremento da oferta de ensino superior, porém que comportassem taxas de lucratividade mais modestas.

Diversificação das instituições de ensino superior, dos programas de formação, das modalidades ensino/aprendizagem – A heterogeneidade e a diversidade tanto da demanda como da oferta de ensino superior, como bem notou Gómez Campo (1997) são, atualmente, temas centrais da política educativa, contrariamente às suposições tradicionais acerca da homogeneidade de interesses e expectativas e sobre a prevalência e hegemonia da universidade como a única instituição desejável. A exclusão desses temas da agenda para o ensino superior é certamente fonte de discriminação e iniquidade em relação aos estudantes provenientes de grupos sociais tradicionalmente excluídos do ensino superior. A bagagem cultural desses grupos pode ser inferior ou diferente, suas aspirações educacionais e ocupacionais podem também ser diferentes comparativamente às dos jovens pertencentes a setores sociais que, há várias gerações e tradicionalmente, têm concentrado a matrícula no ensino superior. Submeter os primeiros a experiências educativas para as quais não estão preparados ou não são adequadas às suas necessidades leva, inevitavelmente, ao estabelecimento de um processo educativo, social e culturalmente desigual. Esse processo tende a privilegiar antecipadamente estudantes cujo capital cultural e social é mais congruente com as características do processo e a discriminar, conseqüentemente, aqueles estudantes que mais se diferenciam dos pressupostos desse processo educativo (Gómez Campo, 1997). Além dessas graves implicações sobre a equidade no ensino superior, a mais grave conseqüência é a que recai sobre o aluno por não ter repertório para responder às exigências desse processo.

O tema da diversificação da oferta de ensino superior não pode ser entendido como o estabelecimento de uma estratificação vertical hierárquica que concentra *status* social e educativo em algumas poucas instituições de ensino superior

– as melhores universidades públicas – e condena outras instituições, públicas inclusive – a não ter identidade nem futuro próprios, mas que insistem em se apresentarem como simulacros de universidades eleitas como modelo para o sistema (Sampaio, 2000; Castro, 2000; Durham, 1998). Parece razoável advogar que a busca de maior equidade no ensino superior no País não pode ser atendida perseguindo as mesmas fórmulas que estavam presentes na expansão do sistema de ensino superior há mais de 30 anos – com a expansão dos mesmos tipos de oferta curricular e de instituições, com a lógica da oferta segundo as supostas demandas de mercado.

Interação entre Estado e instituições públicas e privadas de ensino superior – O tema da equidade no sistema de ensino superior reporta não só à garantia de progressão educacional contínua dos jovens até o nível superior, mas também à instituição e consolidação de um sistema educacional mais inclusivo.

A questão é também de ordem qualitativa, ou seja, diz respeito ao controle da qualidade da formação superior oferecida no sistema aos estudantes. A formação de nível superior, devido à heterogeneidade acadêmica que existe entre as instituições, tende a refletir em desvantagens no futuro mercado profissional do formando. Equidade, portanto, significa também maior controle sobre a qualidade da oferta de ensino superior no sistema. Com efeito, a relativa democratização do acesso ao ensino superior, propiciada pela própria diferenciação do sistema, apresenta um lado perverso que é a de reproduzir desigualdades iniciais (de entrada do jovem) ao término da formação superior. Os resultados das notas dos formandos que realizaram o Provão em 1999, com efeito, trazem elementos pertinentes para o debate do problema da qualidade do ensino superior no Brasil. Mesmo que seja impossível neutralizar totalmente os fatores socioeconômicos e regionais que intervêm no desempenho acadêmico do estudante, é possível, contudo, minorar seus efeitos ao longo da formação de ensino superior. De acordo com os resultados analisados na Parte II deste Relatório, as instituições públicas de ensino superior, de modo geral, parecem estar desempenhando de forma mais satisfatória o papel da Educação – minorando e até mesmo revertendo desigualdades iniciais do alunado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIAS, A. R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: BERQUÓ, E. (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília : Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. p. 519-544.
- BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial, 1990*. México, 1993.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. P. Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil : as consequências da pobreza sobre a infância e a adolescência. In: FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). *O trabalho e a rua : crianças e adolescentes urbanos dos anos 80*. Brasília : Unicef, Flacso, CBIA, Cortez, 1992.
- BERCOVICH, A. M., MADEIRA, F. R., TORRES, H. G. Descontinuidades demográficas. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade). *20 anos no ano 2000 : estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo : Seade, 1998. p. 2-13.
- . *Mapeando a situação do adolescente no Brasil*. 1997. Trabalho apresentado no Fórum Nacional Adolescência, Educação e Trabalho, realizado em Belo Horizonte, pelo Ministério do Trabalho, agosto de 1997.
- BERGUER FILHO, R. L. Ensino médio : a universalização possível. In: COSTA, Vera L. C. *Descentralização da educação : novas formas de coordenação e financiamento*. São Paulo : Fundap, Cortez, 1999. p. 191-202.

- BERQUÓ, E. Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília : Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. p. 93-108.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Educação no Brasil : 1995-2000*. Brasília, 2000.
- CARDOSO, R., SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, n. 26, p. 30-50, 1994a.
- _____. *Os estudantes universitários no Estado de São Paulo* : relatório de pesquisa. São Paulo : Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 1994b. Mimeogr.
- CASTRO, C. M. *Ensino superior* : o desafio de andar para a frente. São Paulo, 2000. Mimeogr.
- CLARK, B. *El sistema de educación superior* : una visión comparativa de la organización académica. México : Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, Nueva Imagen, 1983.
- DURHAM, E. R. *Uma política para o ensino superior* : diagnóstico e proposta. São Paulo : Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 1998. (Documento de Trabalho Nupes 1/98).
- DURHAM, E. R., SAMPAIO, H. *O ensino superior privado no Brasil*. São Paulo : Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1995. (Documento de Trabalho Nupes 3/95).
- EURIAT, M. A experiência francesa. In : SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, 1997, Brasília. *Trabalhos apresentados...* Brasília : Inep. 1998. 110 p. p. 25-44. (Série Documental, Eventos, n. 9).
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade). *Prestação de serviços especializados de consultoria para a realização de estudos, pesquisas, análises, sistematização, georreferenciamento e disseminação de indicadores socioeducacionais para o Estado de São Paulo*. São Paulo : Seade, 1998.
- GÓMEZ CAMPO, V. M. Equidad social y política de educación superior. *Pensamiento Universitario*, Buenos Aires, n. 6, v. 5, p. 12-24, 1997.
- HABERMAS, J. et al. O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro : Zahar, 1968. v. 2.
- IBGE. *Contagem da população, 1996*. Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Metodologia da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio, 1997*. Rio de Janeiro, 1998.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Prova* : exame nacional de cursos; relatório-síntese. Brasília : Inep, 1999a.
- _____. *Exame nacional de cursos* (base de dados). Brasília : Inep, 1999b.
- MADEIRA, F. R. *Quem mandou nascer mulher?* – estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. São Paulo : Rosa dos Tempos, Unicef, 1998. p. 45-134 : A trajetória das meninas dos setores populares : escola, trabalho ou reclusão.
- MAGGIE, Y. *Universalismo, particularismo e a busca de novos caminhos para diminuir a exclusão e a desigualdade* : o pré-vestibular para negros e carentes. 1998. Mimeogr. Trabalho apresentado no 5º Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 1998, Maputo, Moçambique.
- OLIVEIRA, J. B. A., GOMES, C. As questões recorrentes da pesquisa comparada. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, 1997, Brasília. *Trabalhos apresentados...* Brasília : Inep. 1998. 110 p. p. 7-15. (Série Documental, Eventos, n. 9).
- OLIVEIRA, J. C. et al. Evolução e características da população jovem no Brasil. In: BERQUÓ, E. (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília : Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. p. 7-20.
- RABELLO, O. *Universidade e trabalho* : perspectivas. Brasília : Inep, Unicamp, 1973.
- SABOIA, A. L. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: BERQUÓ, E. (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília : Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. p. 499-518.
- SAMPAIO, H. *O ensino superior privado* : tendências da última década. São Paulo : Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 1998. (Documento de Trabalho Nupes 6/98).
- _____. *O setor privado de ensino superior no Brasil*. São Paulo : Hucitec, Fapesp, 2000. No prelo.

- SCHWARTZMAN, S. Brazil : opportunity and crisis in higher education. *Higher Education*, n. 17, p. 99-119, 1988.
- _____. *Tradição e modernidade da universidade brasileira*. São Paulo, 1990. Mimeogr.
- SILVA, V. N., HASENBALG, C. Race, schooling and social mobility in Brazil. *Ciência e Cultura, Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science*, São Paulo, n. 51, p. 457-463, 1999.
- SOUZA, G. O. C. Qualidade e condição do domicílio. In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade). *20 anos no ano 2000 : estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo : Seade, 1998. p. 224-233.
- STOBART, G. Avaliação e ingresso no sistema britânico de educação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, 1997, Brasília. *Trabalhos apresentados...* Brasília : Inep. 1998. 110 p. p. 17-24. (Série Documental, Eventos, n. 9).
- TEIXEIRA, M. P. *Negros em ascensão social*. Rio de Janeiro, 1998. Tese – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- UNDP. *Human development report, 1996*. Nova York : Oxford University Press, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)